

PGTA **CAIARNX**

Plano de Gestão Territorial e Ambiental
da Coordenadoria das Associações
Indígenas do Alto Rio Negro e Xié

FOIRN/CAIARNX

2020



A stylized graphic in shades of gray. On the left, a profile of a person's head is shown with a spiral pattern inside. A thick, dark gray line extends from the top of the head, curving upwards and then downwards into a series of wavy, parallel lines that resemble a landscape or a stylized hairdo. The overall style is minimalist and modern.

**PGTA CAIARNX
PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E
AMBIENTAL DA COORDENADORIA DAS
ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS DO ALTO RIO
NEGRO E XIÉ**

FOIRN / CAIARNX

2020

EXPEDIENTE

O Plano de Gestão da Coordenadoria Regional CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Rio Negro e Xié – é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres. É fruto da agenda conjunta, liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Coordenadorias Regionais e Associações Indígenas, para a construção dos Planos de Gestão das Terras Indígenas do Rio Negro. As associações indígenas de base colaboradoras e organizadoras do processo do PGTA da CAIARNX foram: ACIARN, ACIBARN, ACIPK, ACIRX, AINBAL, AIDCC, AMIARN, AMIBAL, OCIARN e OINV.

Realização Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) — <https://foirn.org.br/>

Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX)



Diretoria Executiva da FOIRN 2017–2020

Marivelton Rodrigues Barroso – Baré – Diretor Presidente
Nildo José Miguel Fontes – Tukano – Diretor Vice-presidente
Isaías Pereira Fontes – Baniwa – Diretor
Almerinda Ramos de Lima – Tariano – Diretora
Adão Francisco Henrique – Baré – Diretor

CAIARNX 2017–2020

Pascoal Gonçalves Filho – Baré – Coordenador
Tiago Fernandes Sampaio – Tukano – Vice-coordenador
Antônio Candido Baltazar – Werekena – Secretário
Ronaldo Ambrósio Melgueiro – Baré – Tesoureiro

Endereço

Av. Álvaro Maia 79 – Centro – São Gabriel da Cachoeira-AM,
CEP: 69750-000 – Caixa Postal 42
foirn@foirn.org.br
Assessoria Instituto Socioambiental (ISA)



Comissão de Governança dos PGTA's das TIs do Alto e Médio Rio Negro FOIRN, ISA, CR-RNG Funai e ICMBio

Organização e edição da publicação

Renato Martelli Soares

Colaboração para organização da publicação e revisões

Carla Dias

Colaboração nos processos e registros das discussões e oficinas

Adão Francisco, Adelina Sampaio, Alberto Camico, Alcimar Resende, Antônio Candido Baltazar, Carla Dias, Edson Gomes, Elizângela da Silva, Evanildo Mendes, Flavio Bocarde, Gabriel Ribeiro dos Santos, Giselia Melgueiro, Luciana Uehara, Mauro Pedrosa, Nilson Farias, Osmar Filho, Pascoal Gonçalves Filho, Renato Martelli Soares, Tiago Sampaio, Tulio Caio Binotti e Wilde Itaborahy.

Apoio para realização e participação nas oficinas de discussão

ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigójé–Apapóris), DSEI–ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro), Exército Brasileiro, Fiocruz Amazônia (Fundação Oswaldo Cruz), Funai (Fundação Nacional do Índio), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), Ministério do Meio Ambiente, SEMED–SGC (Secretaria Municipal de Educação), UFAM (Universidade Federal do Amazonas) e SEMA–AM (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas).

Mapas Renata A. Alves

Projeto Gráfico Rafael Miranda

Colaboradores todas as lideranças e moradores das comunidades da região da CAIARNX que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA.

Apoiadores Financeiros



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA
MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



ALIANÇA PELO CLIMA



União Europeia



ORGANIZAÇÃO AUSTRIACA DE
COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.



Sumário

7	I. Introdução – Nossa Terra
17	II. Processo de elaboração do PGTA CAIARNX
19	III. Resultados das entrevistas e levantamento socioambiental
29	IV. Propostas e demandas da região da CAIARNX
53	V. Questões regionais para reflexões
57	VI. Prioridades de gestão para a região
60	VII. Lista de comunidades e sítios da CAIARNX alcançados pelo levantamento socioambiental
61	Siglário



São Gabriel da Cachoeira vista da Serra do Cabari. Renato Martelli Soares/ISA, 2016



I. Introdução – Nossa Terra

Yanê Iwi


Wahipaite

Mari niri di'ta

Wayátsipe

Para iniciar nosso PGTA colocamos a tradução de nossa terra nas quatro línguas mais faladas na região, nheengatu, baniwa, tukano e werekena.

Este é o lugar que nossos ancestrais deixaram. Esse lugar, também considerado sagrado, é nosso território. Território onde nós nos reproduzimos e onde cada ação tem significados, vida e trabalhos. As matas nos dão recursos para construção das casas, alimentação, produção das roças, de elementos medicinais, é onde caçamos e pescamos. Ou seja, nosso território nos dá o bem viver. Por isso é considerado como mãe, natureza e bem-estar. A terra é a casa do povo.



Não existe população indígena sem território. Através deste as famílias indígenas buscam significados para a vida plena. A natureza material nos ensina sobre o nosso papel e sobre como conviver com ela. A união entre homens e mulheres trabalhada pela natureza traz a constituição da família. Desde o nascimento de uma criança até a morte no cumprimento do exercício da vida voltamos para a natureza.

O território contém elementos que nos sustentam para uma vida plena: o bem viver que nos mantém vivos e felizes. A riqueza da natureza como florestas, rios e igarapés de onde buscamos madeira para nossas casas, onde produzimos roças e alimentos para nossas crianças, de onde buscamos raízes e folhas para nossos remédios, tudo isso garante autonomia para nosso sustento.

Território na nossa concepção é onde se gera conhecimentos – social, cultural e ambiental – e é um conhecimento muito forte que opera e afirma a vida indígena.

As terras nos anos passados não tinham fronteiras, logo, os povos viviam livremente, havia direito de ir e vir por toda parte, os povos eram nômades, viajantes e por isso conhecem todas as terras onde habitam.

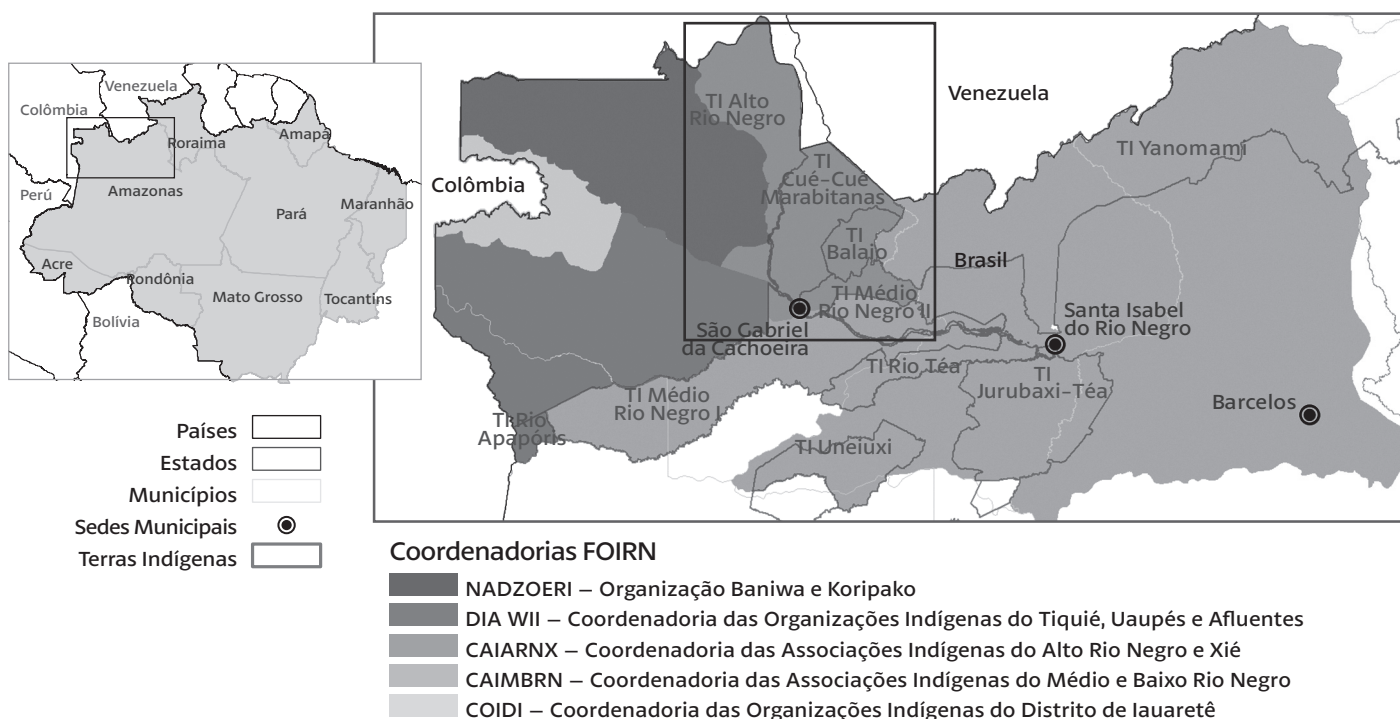
A região do Rio Negro, em seu trecho médio e alto, forma um complexo pluriétnico e multicultural de povos que junto à sua vegetação de floresta tropical densa, às suas águas negras, corredeiras, praias e às suas serras forma um corredor socioambiental único. É uma região de grande diversidade social e ambientalmente conservada. São quatro principais famílias linguísticas que convivem, Tukano Oriental, Aruak, Tupi e Naduhupy neste complexo de terras. Apesar desta diversidade sociocultural, temos elementos em comum como o roçado feito por plantio de coivara, tendo a maniva (mandioca brava) como base. Também nos é comum a pesca (mesmo que a quantidade de peixes varie significativamente), a caça e o extrativismo. A isto somam-se nossos calendários que relacionam ciclos ecológicos, produtivos e rituais; uma extensa rede de trocas; e a ampla circulação de seus moradores.

A vegetação pode ser dividida de uma maneira generalizada em florestas de terra firme, capoeiras, igapós e campinaranas. Classificamos os solos conforme textura, coloração e aptidão agrícola, localizando-os de acordo com a vegetação que os cobrem. Geologicamente a região constitui-se de rochas muito antigas e que

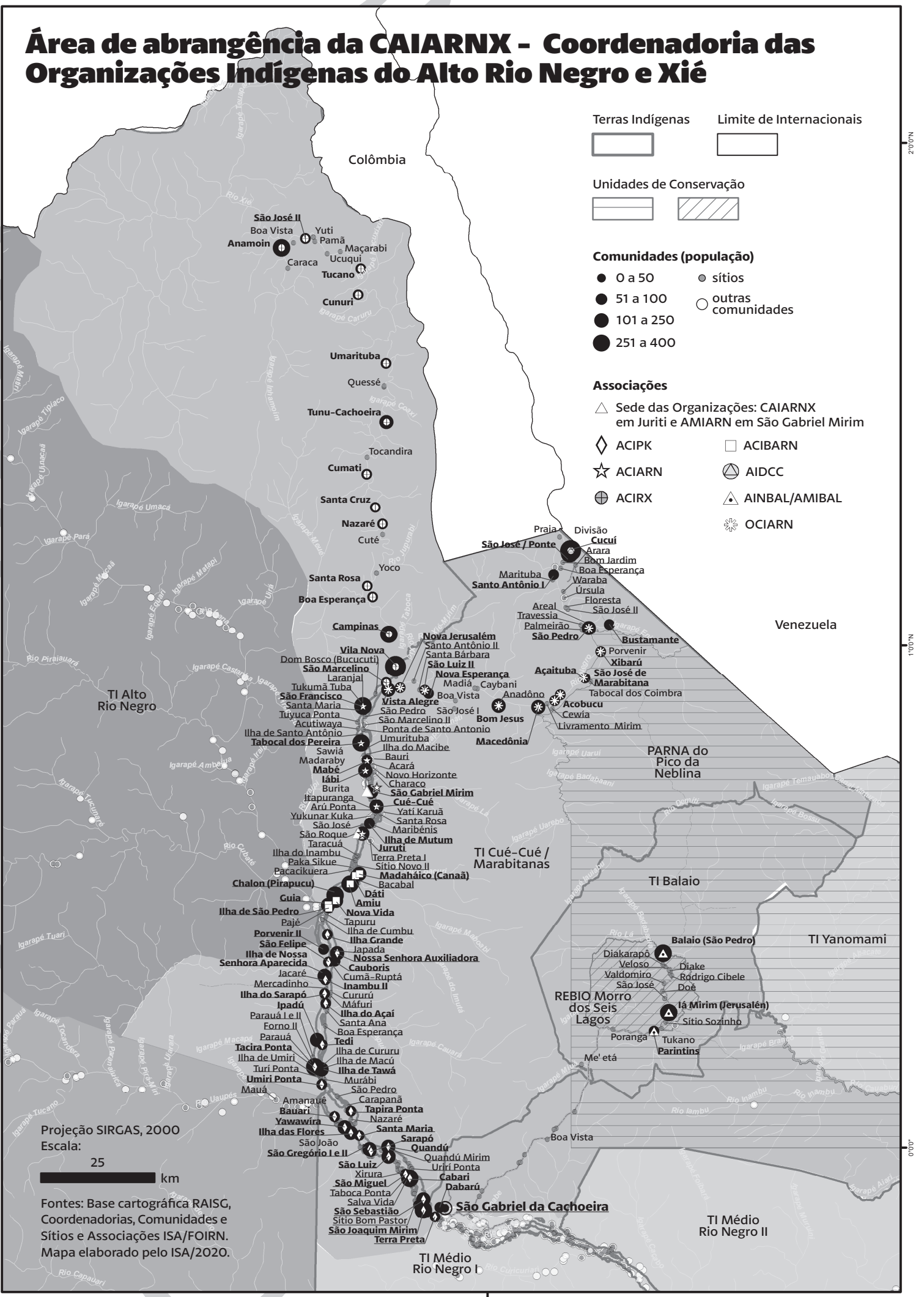
formam grandes blocos arredondados ao longo dos rios – tanto no leito do rio criando corredeiras e canais, como formando elevações do tipo “pão-de-açúcar” (cumes arredondados e abruptos), que localmente chamamos de serras.

A região em foco deste Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) corresponde à área de abrangência da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié, conhecida como CAIARNX. Esta foi fundada em 2004 em um esforço que visou qualificar e fortalecer a representação do movimento indígena do Rio Negro e aproximar as comunidades e associações de base à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). A CAIARNX, em um movimento de subida do rio Negro, segue desde a comunidade de São Joaquim Mirim, no entorno do centro urbano de São Gabriel da Cachoeira (SGC), até a comunidade/distrito de Cucuí incluindo toda a calha do rio Xié e somando o território da Terra Indígena (TI) Balaio. No total a CAIARNX envolve quatro TIs: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Balaio e Cué Cué Marabitanas. Enquanto as duas primeiras foram homologadas em 1998 e a Balaio em 2009, a TI Cué Cué Marabitanas está na etapa que precede a homologação, a demarcação física. Um dos esforços deste plano é fortalecer esse processo e chamar atenção para a necessidade da homologação da Terra Indígena Cué Cué Marabitanas.

Abrangência da CAIARNX



Área de abrangência da CAIARNX - Coordenadoria das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié



Terras Indígenas Limite de Internacionais

Unidades de Conservação

Comunidades (população)


- 0 a 50
- 51 a 100
- 101 a 250
- 251 a 400
- sítios
- outras comunidades

Associações

- △ Sede das Organizações: CAIARNX em Juriti e AMIARN em São Gabriel Mirim
- ◇ ACIPK
- ☆ ACIARN
- ⊕ ACIRX
- ACIBARN
- ⊗ AIDCC
- ▲ AINBAL/AMIBAL
- ✻ OCIARN

Projeção SIRGAS, 2000
Escala: 1:250000
25 km

Fontes: Base cartográfica RAISC, Coordenadorias, Comunidades e Sítios e Associações ISA/FOIRN. Mapa elaborado pelo ISA/2020.



Destas Terras Indígenas três (Alto Rio Negro, Balaio e Cué Cué Marabitanas) estão localizadas integralmente no município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. A totalidade da área da TI Médio Rio Negro I, envolve porções de territórios dos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Japurá, ambas também no Amazonas. No entanto, o trecho da CAIARNX que abrange a TI Médio Rio Negro I é formado por poucas comunidades e sítios. Na lógica do movimento indígena do Rio Negro é a Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN) que representa a Terra Indígena Médio Rio Negro I. Neste plano de gestão, consideramos somente algumas das comunidades localizadas na TI Médio Rio Negro I, são as comunidades situadas acima do núcleo urbano de São Gabriel da Cachoeira até a foz do rio Uaupés, em uma área que avizinha a TI Alto Rio Negro. Já, as TIs Balaio e Cué Cué Marabitanas são consideradas em sua totalidade neste documento – PGTA da CAIARNX. É importante considerar também que vizinha a estas últimas TIs localiza-se a Terra Indígena Yanomami.



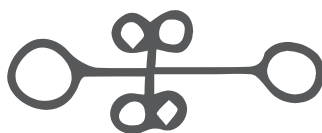
Sobre as Terras Indígenas (TIs)

A **Terra Indígena Balaio** tem seu acesso principal pela rodovia BR 307 que antes ligava São Gabriel da Cachoeira à Cucuí, distrito que faz fronteira com a Venezuela. Hoje em dia, a estrada parte do centro da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira até o km 100, onde encontramos a comunidade do Balaio. A manutenção da estrada é uma das principais reivindicações dos moradores e sua condição precária torna o deslocamento entre a comunidade e o centro urbano de São Gabriel penoso, perigoso e impróprio. Esta TI tem 257 mil hectares e está sobreposta a outras duas unidades de conservação. Uma federal, o Parque Nacional Pico da Neblina, criado pelo decreto nº 83.550 de 1979 com a extensão aproximada de 2 milhões e 200 mil hectares, e outra estadual, a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, criada pelo decreto nº 12.836 de 1990 com a extensão de 36 mil e 900 hectares. Esta TI conta com três comunidades: Balaio, Jerusalém (Iá Mirim) e Parintins; e cinco sítios: Poranga, Rodrigo Cibele (Santa Rosa), Sozinho, Miuá e Tukano. Por meio do levantamento socioambiental realizado pela FOIRN e ISA, em 2016-17, foram registradas 360 pessoas nessa TI. Originalmente formada por pessoas que migraram dos rios Uaupés e Tiquié, as principais etnias são Tukano e Desana, mas há também a presença de outros povos: Piratapuia, Tuyuka, Kubeo, Koripako, Baniwa, Hupd'äh, Tariana e Baré.

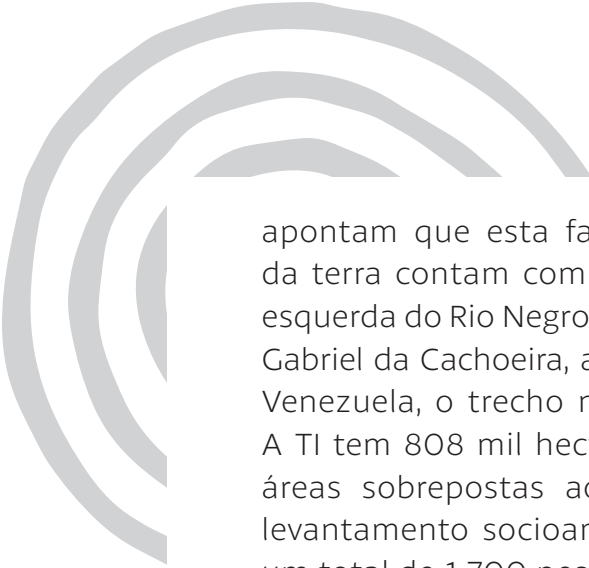


A **Terra Indígena Alto Rio Negro** é a maior das quatro TIs que integram a região de abrangência da CAIARNX, e totaliza quase 8 milhões de hectares de terra contínua. Sua população total, de acordo com as entrevistas comunitárias do levantamento socioambiental de 2016-17, é de 17.493 pessoas.

Como se trata de uma Terra Indígena extensa vale marcar que a região aqui considerada envolve o rio Xié em toda sua extensão e a margem direita do Rio Negro a partir da foz do rio Xié até a comunidade de Umiri Ponta próxima à foz do rio Uaupés. Neste trecho há predominância da etnia Baré e expressiva presença dos Werekena nas comunidades e sítios às margens do rio Xié. Mais recentemente há uma crescente população Baniwa na região da foz do rio Içana, onde este rio se une ao rio Negro.



A **Terra Indígena Cué Cué Marabitanas** teve sua primeira portaria de identificação criada pela Funai em 2003, mas somente dez anos depois, em 2013, foi declarada como Terra Indígena. Para que esta seja homologada, fechando o processo jurídico de reconhecimento por parte do governo federal, é preciso ainda realizar a demarcação física. No entanto, é importante frisar que as etapas do processo de demarcação, de acordo com os direitos indígenas constitucionais, não regressarão uma vez que contestações de relevância não foram apresentadas. Este é um território de presença histórica dos povos Baré e Werekena e deve avançar em sua demarcação física. Lideranças indígenas da região



apontam que esta fase está facilitada uma vez que os limites da terra contam com marcos pré-estabelecidos como a margem esquerda do Rio Negro, de Cucuí ao entorno de centro urbano de São Gabriel da Cachoeira, a fronteira nacional entre Brasil, Colômbia e Venezuela, o trecho norte da estrada BR 307 e antigas picadas. A TI tem 808 mil hectares e, assim como a TI Balaio, conta com áreas sobrepostas ao Parque Nacional Pico da Neblina. Pelo levantamento socioambiental FOIRN e ISA (2016/17) estimou-se um total de 1.700 pessoas vivendo nessa TI.



Na **Terra Indígena** Médio Rio Negro I as comunidades que participam da região da CAIARNX são: Bauari, Cabari, Ilha das Flores, São Gregório I e II, São Joaquim Mirim, São Luiz, São Miguel, Sarapó, Terra Preta e Yawawíra. Há ainda os sítios localizados entre estas comunidades. Seguindo as áreas de representação das Coordenadorias Regionais – apesar de se tratar de uma área proporcionalmente pequena à extensão total da TI Médio Rio Negro I, de 1 milhão e 776 mil hectares da TI – leva-se em conta que estas comunidades mencionadas e os sítios deste trecho terão suas informações agregadas a este PGTA da CAIARNX. Para maiores informações sobre a TI Médio Rio Negro I é importante considerar o plano de gestão feito para a Terra Indígena com apoio e participação da Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro – CAIMBRN e associações indígenas de base.



Conhecendo a CAIARNX

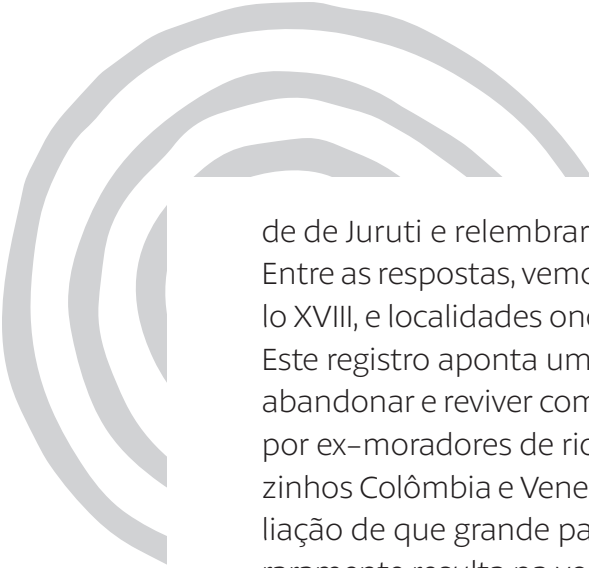
No geral, as comunidades da região da CAIARNX seguem um cotidiano marcado por atividades que envolvem o manejo do território, o trabalho na roça, a pesca, a caça. Juntas, estas atividades garantem a maior parte da segurança alimentar. A escola também está presente na maioria das comunidades e é um importante fator do cotidiano para as famílias. Mesmo que a infraestrutura seja por vezes inexistente, a grande maioria das comunidades possui uma escola de ensino fundamental. Nas mais de 80 comunidades e sítios da região, o ensino médio só é disponível em Anamoin, Amiũ, Campinas, Cucuí, Inambu II, Tabocal dos Pereira, Macedônia, Balaio, Pirapucu. Outra dimensão importante do cotidiano na região é a presença da religião, com comunidades formadas por famílias católicas e/ou evangélicas.

É comum na região que conhecedores e conhecedoras indígenas sejam responsáveis por prevenir males e por fortalecer e preparar as pessoas para diferentes etapas da vida. Estas pessoas são bases do nosso bem viver.

As quatro TIs que formam a área da CAIARNX são de ampla extensão, pluriétnicas e multilíngues como grande parte da região do Rio Negro. Mas há predominância de povos e línguas faladas e escutadas, na área da CAIARNX a língua indígena mais utilizada é o nheengatu e a maior parte da população é Baré e Werekena, com exceção da TI Balaio, onde há predominância dos povos da família linguística Tukano Oriental. Importante destacar que há relatos históricos de presença de fratrias Baniwa na região também.

Os Baré e os Werekena são povos da família linguística Aruak e a partir do contato – realizado no século XVIII com missionários e frentes colonizadoras – iniciaram um processo de adoção da língua geral ou nheengatu (da família Tupi). Atualmente, esta língua representa uma marca de nossa identidade cultural. O nheengatu é uma forma adaptada do Tupi antigo que foi difundida por missionários jesuítas na busca de unificar as línguas indígenas que encontraram. Apesar do objetivo dos missionários para que o nheengatu se tornasse uma língua nacional não ter se concretizado, a língua é amplamente usada do baixo ao alto Rio Negro. Mesmo após essa investida colonial, famílias residentes nas comunidades do rio Xié resistiram e usam a língua werekena no seu dia a dia. E vale destacar que há relatos de famílias na Venezuela que falam a língua baré.

Em um esforço de registrar o histórico de ocupação e traçar um panorama da região, representantes das comunidades participaram da oficina inaugural para construção dos PGTAs, em 2015, na comuna-



de de Juruti e relembrou como as atuais comunidades se formaram. Entre as respostas, vemos que há comunidades formadas desde o século XVIII, e localidades onde as famílias se estabeleceram há poucos anos. Este registro aponta um movimento por parte das famílias onde migrar, abandonar e reviver comunidades é comum. Há comunidades fundadas por ex-moradores de rios como o Papuri, Uaupés, Içana e dos países vizinhos Colômbia e Venezuela. No entanto, destes movimentos há a avaliação de que grande parte da migração realizada para centros urbanos raramente resulta na volta das famílias para as comunidades.

Outro traço comum à região do médio e alto Rio Negro como um todo, avaliado nos encontros de elaboração dos PGTAs, é sobre a força do movimento indígena regional por meio da existência e iniciativas das associações indígenas locais. Ao olharmos com um foco mais próximo na região da CAIARNX, observamos que as organizações locais de representatividade das comunidades e referência são dez:

AINBAL – Associação Indígena do Balaio

AMIBAL – Associação das Mulheres Indígenas do Balaio

ACIBARN – Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro

ACIRX – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié

ACIARN – Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro

AIDCC – Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí

OCIARN – Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro

ACIPK – Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu

AMIARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

OINV – Organização Indígena Nova Vida

Finalmente, **chamamos a atenção para a importância dos PGTAs das Terras Indígenas (TIs) do médio e alto Rio Negro** e registramos que este documento foi o que a região da CAIARNX montou durante o extenso processo participativo de elaboração destes. Assim **este documento segue a organização interna do movimento indígena do Rio Negro –via Coordenadorias Regionais – e não a divisão por Terras Indígenas**. Vemos que estes planos das Coordenadorias Regionais e os por Terra Indígena são documentos que dialogam e **fortalecem e gestão de nosso território**.



Pedra de Cucuí, Renato Martelli Soares, ISA/2016



II. Processo de elaboração do PGTA CAIARNX

O processo de construção dos PGTA procurou ser, desde o início, aberto e participativo, com o protagonismo das comunidades e associações indígenas. Reunindo os diversos atores e instituições presentes nas Terras Indígenas.

A elaboração deste PGTA iniciou-se com a oficina inaugural que aconteceu em outubro de 2015 na comunidade de Juruti. Para esta oficina foram mobilizadas cerca de 45 comunidades da região do Alto Rio Negro, do Rio Xié e do Balaio. Participaram aproximadamente 200 pessoas. Na ocasião, os participantes decidiram se organizar em grupos por área de abrangência das associações locais. E, desta forma, via grupos de associações, organizamos nossos encontros dos PGTA, para revisão de informações e elaboração de propostas. Estes grupos foram sempre seguidos por apresentações e debates com todos participantes. Na oficina inaugural, além de aprofundar a discussão e o entendimento do que são e para quê servem os Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA, os participantes traçaram um panorama inicial de suas comunidades e registraram problemas e potenciais que compõem este plano. Ou seja, as ações a serem realizadas internamente, entre comunidades nas TIs, e externamente, com instituições governamentais e da sociedade civil.

O passo seguinte foi o treinamento dos pesquisadores indígenas que contou com participantes das cinco regionais da FOIRN em um grupo de trabalho que ficou conhecido como GT-PGTA. Da região da CAIARNX participaram lideranças, entre as quais mulheres e jovens indígenas das nossas associações, coordenadoria regional e diretoria da FOIRN. Após o treinamento houve o amplo esforço de passar por todas as comunidades e sítios da região para o levantamento socioambiental, descrito abaixo. A região da CAIARNX contou com a participação de Alberto Camico, Antonio Baltazar, Nilson Farias e Pascoal Gonçalves, todos moradores da região. Como a região também inclui comunidades no entorno do centro urbano de São Gabriel

da Cachoeira, a TI Balaio e o distrito de Cucuí, esta equipe contou com o apoio de Adelina Sampaio e Gabriel dos Santos, moradores da região do Balaio e Alcimar Rezende, Mauro Pedrosa, Renato Martelli e Wilde Itaborahy. Para a realização das entrevistas do levantamento, a equipe articulou com lideranças, principalmente capitães das comunidades, para convidarem moradores com antecedência o que garantiu maior participação.

Depois destes esforços, o GT-PGTA se reuniu em três oficinas específicas. A primeira, em 2017, para analisar as informações do levantamento socioambiental e preparar a rodada de consultas sobre estas informações em comunidades estratégicas; a segunda, também em 2017, foi a oficina na Ilha de Duraka cujo objetivo foi consolidar os resultados das consultas realizadas e promover mesas de diálogos com instituições municipais, estaduais e federais; a terceira oficina, em 2018, preparou a validação da primeira versão do PGTA da CAIARNX que ocorreu durante a assembleia regional da FOIRN em setembro de 2018 na comunidade Juruti. Mais uma vez formamos grupos de trabalho por associações e revisamos e validamos este nosso Plano.

Ou seja, esta sub-região seguiu os passos de elaboração dos PGTA's do médio e alto Rio Negro com momentos de maior concentração – como a oficina inaugural, a assembleia em Juruti e as consultas – momentos comunitários como o levantamento socioambiental e as conversas entre comunidades, diálogos com instituições, períodos de análise de informações e preparação de agendas.

A construção dos PGTA's é fruto de uma ação coletiva na qual as comunidades, lideranças, instituições e todos que participaram são atores centrais. No entanto, a fim de registrar a presença nestas etapas de concentração e planejamento é importante destacar a presença e esforço das lideranças da CAIARNX (Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié), das associações AINBAL; AMIBAL; ACIBARN; ACIRX; ACIARN; AIDCC; OCIARN; ACIPK; AMIARN; OINV e dos Departamentos de Mulheres Indígenas e da Juventude Indígena da FOIRN. O esforço tripartite entre FOIRN, Coordenação Regional do Rio Negro da Fundação Nacional do Índio (CR RNG-Funai) e Instituto Socioambiental (ISA) também foi fundamental para a preparação de todas as etapas, sua realização e continuidade do processo.

Com o PGTA estamos cumprindo uma missão de trazer os anseios e desejos das comunidades para as políticas públicas, estamos dizendo o que e como precisa ser feito. Esperamos também que não haja divisão entre as comunidades e sim acordos e bem viver. ***Yapurugita yaiku rã purãga, asui yaiku rã purãga yane reda wasu itarupi. O diálogo para o bem viver está na organização da convivência comunitária.***



III. Resultados das entrevistas e levantamento socioambiental

Para a elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do médio e alto Rio Negro foi realizado um diagnóstico que buscou passar em todas as comunidades e sítios das nove TIs do médio e alto Rio Negro. Por ser uma região extensa e de difícil acesso, foi necessária uma ampla mobilização dos responsáveis e sua divisão em sub-regiões. O levantamento ocorreu entre 2016 e 2017. Ao total foram 44 pesquisadores indígenas que utilizaram quatro diferentes formulários. Um para as entrevistas coletivas/comunitárias; um para entrevistas domiciliares feitas por família; um censitário; e um fotográfico. Para otimizar a coleta e sistematização dos dados um aplicativo digital (*Open Data Kit – ODK*) e *tablets* foram usados pelos pesquisadores em campo. Os dados atualizam informações georeferenciadas, com localização exata e trazem a avaliação da população sobre temas chave, como segurança alimentar e atendimento de serviços públicos, em especial, de saúde e educação. Os formulários foram então transferidos e revisados em uma base de dados comum às TIs do médio e alto Rio Negro.

Vale ressaltar que o censo populacional foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Alto Rio Negro (DSEI-ARN), registrando idade, gênero e etnia e atualizando óbitos e nascimentos, junto aos agentes indígenas de saúde.

Os resultados traçam um diagnóstico importante e amplo da região. Contudo, identificamos lacunas e limitações que ainda devem ser melhor esclarecidas e oportunamente corrigidas. As lacunas dizem respeito a comunidades onde não foi possível fazer o censo e perguntas da entrevista que poderiam ter sido mais claras, como por exemplo, para os preços dos produtos comercializados. As limitações

estão relacionadas, sobretudo, à complexidade e custos em chegar e entrevistar pessoas em quase 400 comunidades e sítios, e cerca de quatro mil famílias em nove Terras Indígenas que totalizam uma área de 13,5 milhões de hectares.

Entrevistas com os moradores das comunidades

Os dados gerais da região da CAIARNX apontam 69 comunidades e 25 sítios. Esses 94 locais foram onde os questionários foram aplicados e não esgota a totalidade de número de sítios uma vez que há sítios associados às comunidades que não estão contabilizados neste número. No total, através do formulário comunitário foram contabilizadas 1.038 famílias e 4.810 pessoas na região da CAIARNX.

Migração e mobilidade

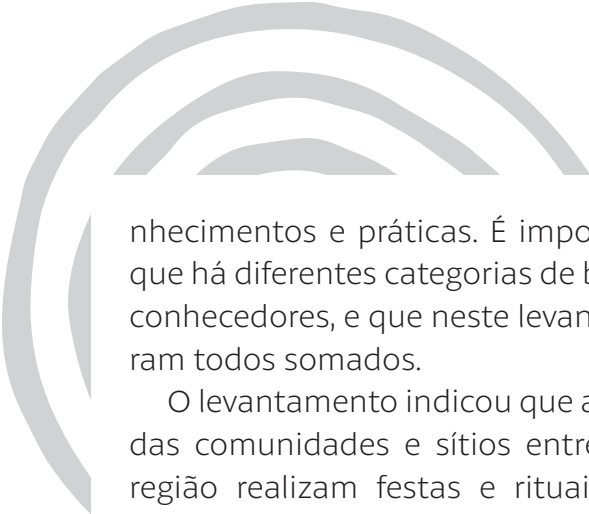
Sobre migração, o levantamento apontou que nos últimos dois anos 114 famílias mudaram *para* as comunidades (*chegaram*). Isto indica um movimento da própria região e sugere que a migração não é somente de êxodo aos centros urbanos. Quanto ao número de famílias que se mudaram *das* comunidades (*saíram*) nesse mesmo período dos últimos dois anos anteriores à entrevista, foram contabilizadas 146 famílias. A maior parte dessas famílias se mudaram para o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira. Apesar dos motivos muitas vezes combinarem uma série de fatores, as quatro principais razões apuradas no levantamento foram, respectivamente: a educação escolar, 19 casos de migração; ir viver com outros parentes em 14 casos; o acesso aos benefícios sociais, em 9 casos e; oportunidades para a geração de renda con-

tam com 8 casos. Na sequência, há o motivo de conflitos na comunidade que aparecem como motivos para 7 casos de migração. Temos ainda 3 casos de migração por motivos de saúde. No caso da TI Balaio, um fator importante é a condição ruim da estrada que levou famílias a migrarem das comunidades mas que devem retornar se a estrada for melhorada. Somente um caso de migração foi respondido como sendo devido à escassez de recursos. É importante considerar o movimento das famílias entre cidade e comunidades, ou seja a migração não é considerada por nós como definitiva. Um exemplo é de jovens que estudam na cidade mas que, por orientação das famílias, devem retornar.

Religião, rituais e benzedores

De acordo com o levantamento na região 541 famílias são católicas enquanto 454 famílias são evangélicas. É importante notar que estas religiões, apesar de originadas em contextos não indígenas, são apropriadas pelas comunidades que lhe aferem características próprias do contexto local, por meio de traduções e práticas de referências múltiplas, tais como a realização de eventos como festas de santo ou ceias evangélicas, a convivência com conhecimentos dos antigos, de benzedores e a realização de rituais. Foi colocado na conferência inaugural do PGTA em 2015 em Juruti e nos grupos de trabalho em 2017 de que a evangelização não pode investir contra a cultura e os conhecimentos indígenas pois implica em perdas muito grandes para os modos de vida indígena, que devem ser respeitados e incentivados.

O levantamento registrou que na região 38 comunidades possuem benzedores. No total, apurou-se que há 68 pessoas na abrangência da CAIARNX com estes importantes co-



nhecimentos e práticas. É importante notar que há diferentes categorias de benzedores e conhecedores, e que neste levantamento foram todos somados.

O levantamento indicou que a maior parte das comunidades e sítios entrevistados na região realizam festas e rituais. Há desde festas e danças tradicionais como dabucuri, mauaku, kariamã, cariçu, yapurutu, jabuti, saúba (uçailwa), wakarã, ambaúba, acarã, araripirá, veado, e kururú até as mais recentes como festas juninas, conferências e santas ceias evangélicas, festas de santo, (principalmente daqueles padroeiros das comunidades), jogos esportivos indígenas e celebração de feriados nacionais. As festas tradicionais mantêm a memória da cultura viva, são espaços de troca, de benzimentos, de circulação de alimentos, mobilizam as comunidades, tiram saruãsa, preparam roças e promovem proteção.

Escola formal

Quanto à educação escolar, o levantamento apontou que há 64 escolas que funcionam nas comunidades, ou seja, são quase todas as comunidades visitadas pelo levantamento (69 ao total) que possuem escolas próprias. No entanto, o espaço para as atividades escolares serem realizadas, muitas vezes é garantido pela própria comunidade, como foi registrado em 33 comunidades. Quanto às escolas construídas pelo governo, são 30 contabilizadas no levantamento. A falta de infraestrutura adequada é notada em ambos os casos. Conforme afirmou o GT da CAIARNX, a oferta de ensino escolar nas comunidades é expressiva quantitativamente mas com problemas referentes à estrutura, transporte e qualidade de ensino.

Os Projetos Políticos Pedagógicos Indí-

genas (PPPIs), ferramenta central da escola para estabelecer suas diretrizes e metodologias, estão elaborados na minoria das escolas, somente 7 responderam que o plano estava pronto. Na maior parte dos casos, o PPPI está em elaboração como é o caso de 40 escolas. Há casos também que não iniciaram o PPPI, 22 escolas responderam que não há o processo de elaboração deste plano. Conforme dito na introdução deste documento, somente 9 comunidades oferecem o ensino médio o que significa que a maioria das escolas são de nível fundamental. É também raro a oferta da educação de jovens e adultos (EJA). São 13 comunidades com EJA, segundo os dados do levantamento. No entanto, mesmo com a oferta limitada, há 174 alunos e alunas contabilizados para esta modalidade de ensino, 150 em suas próprias comunidades e 24 fora de suas comunidades. Sobre um tema que envolve escola e segurança alimentar, a merenda regionalizada, o levantamento apontou que 35 escolas da região chegaram a experimentar programas de compra e utilização da merenda regionalizada. No entanto, a experiência não mostrou ter continuidade, uma vez que todas as comunidades que relataram terem participado, o fizeram por no máximo por três anos. Os anos registrados variam entre 2002 e 2014. Na avaliação do GT CAIARNX a merenda regionalizada é importante e deve ser retomada, levando em consideração adaptações para a realidade local.

Na época do levantamento, registrou-se que 61 pessoas cursavam o ensino superior, essas pessoas são moradoras de 28 das comunidades da CAIARNX. Os cursos registrados foram: licenciatura indígena políticas educacionais e desenvolvimento sustentável, ciências naturais, ciências biológicas, engenharia, licenciatura em física, licenciatura em

pedagogia, bioquímica, nutrição, informática e educação física. Registrou-se ainda que 68 pessoas de 29 comunidades diferentes já se formaram no ensino superior, nos seguintes cursos: matemática, pedagogia, ciências sociais, artes plásticas, biologia, filosofia, física, educação física, letras, história, geografia e licenciatura indígena. A maioria trabalha para instituições de ensino da região, escolas e secretarias de educação, somente duas comunidades afirmaram que as pessoas formadas no ensino superior não estão empregadas. No entanto, nas oficinas do GT para elaboração dos PGTAs foi apontado que apesar de haver mais pessoas formadas em ensino superior do que em anos anteriores, há, ainda, muitos desafios para a educação.

Comunicação, energia e água potável

Sobre a radiofonia, o levantamento indicou que há 27 estações funcionando e 7 quebradas. O restante das comunidades e sítios não possui esse meio de comunicação que em grande parte das comunidades é a única forma de se comunicar com outras comunidades e instituições responsáveis pela saúde e educação. Quanto aos orelhões, das 15 comunidades que possuem o aparelho, em 8 delas o equipamento está quebrado, ou seja, 7 comunidades afirmaram ter um orelhão funcionando.

Na questão da energia, 16 comunidades afirmaram ter geradores à diesel de uso comum funcionando e sua potência em Kva (quilovoltampere) varia entre 2 e 60 Kva. Há ainda 10 comunidades que possuem motor de uso comum mas que estão quebrados. Na maior parte dos casos, em 19 comunidades, é realizada uma contribuição coletiva para pagar pelo diesel. Foram registrados 240 ge-

radadores de uso familiar, sendo o meio mais comum de garantir energia. O GT PGTA da CAIARNX aponta que esse número de geradores é crescente. Há na região 17 comunidades aonde outras fontes de energia foram registradas. Estas utilizam ou placas solares com baterias e inversores ou contam com a distribuição da companhia elétrica CEAM (Companhia Energética do Amazonas) caso do Balaio e de Cucuí. Apesar de existir a linha de transmissão de energia, por falta de manutenção, as comunidades da TI Balaio têm que usar geradores.

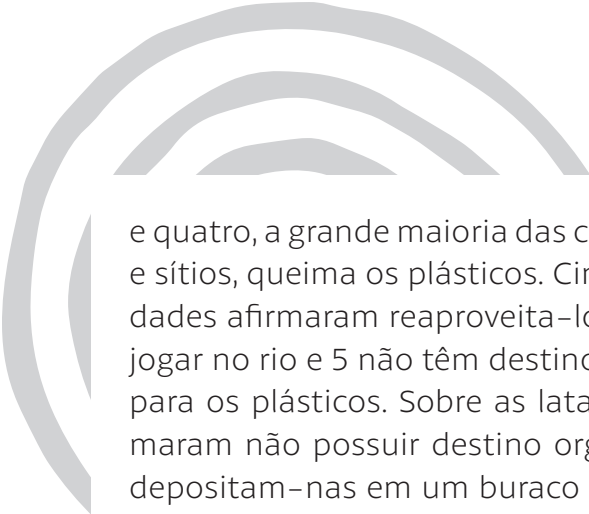
Sobre água potável, a maior parte das comunidades e sítios, 60, afirmaram consumir e coletar água da chuva. Na sequência aparece o registro de consumo da água do rio, por 24 comunidades. Há nesta região 3 comunidades com poço comum e 2 com poço artesiano para consumo de água, e 2 que afirmaram consumir água de fonte.

Manejo do lixo

Outro tema abordado no levantamento foi o manejo do lixo. Para 25 comunidades e sítios da região o acúmulo de lixo é percebido como um problema. As entrevistas abordaram os tipos de lixo e seus destinos.

Sobre pilhas e baterias, 1 comunidade afirmou existir coleta seletiva, 24 afirmam deposita-las em um buraco ou lixeira e 25 afirmaram enterra-las. Três comunidades declararam queimar este tipo de lixo, 1 comunidade afirma reaproveita-las e 6 comunidades descartam-nas no rio. A maioria das respostas, 38 comunidades, indicaram não possuir destino organizado para as pilhas e baterias, lixo com alto potencial tóxico.

Quanto aos plásticos, somente 2 comunidades têm coleta seletiva, 5 depositam em buracos ou lixeiras e três enterram. Oitenta



e quatro, a grande maioria das comunidades e sítios, queima os plásticos. Cinco comunidades afirmaram reaproveitá-los, 1 afirmou jogar no rio e 5 não têm destino organizado para os plásticos. Sobre as latarias, 27 afirmaram não possuir destino organizado, 26 depositam-nas em um buraco ou lixeira, 23 enterram, 20 queimam-nas, 6 comunidades as jogam no rio e duas comunidades afirmaram organizar uma coleta. Não há registro de comunidades ou sítios que reaproveitam as latarias.

Finalmente, sobre o lixo de papel, uma comunidade enterra, 4 depositam em um buraco ou lixeira, 1 reaproveita e 1 diz não ter destino organizado. A grande maioria, 91 comunidades e sítios, queima o papel que usa. O GT da CAIARNX apontou a necessidade de apurar melhor os locais e práticas de descarte de lixo, registrando-os em fotos e incentivando o debate sobre o destino do lixo nas comunidades.

Saúde

Quanto ao atendimento de saúde nas comunidades, o levantamento registrou que 48 comunidades o consideram regular, 16 avaliam que é ruim e somente 5 avaliaram o atendimento como sendo bom. A frequência de atendimento nas comunidades foi registrada na maior parte dos casos como anual ou semestral. Em 37 comunidades e sítios, houve o atendimento por médico(a) uma vez nos últimos dozes meses a partir do momento do levantamento enquanto 16 receberam uma visita a cada semestre. Em 7 comunidades foi registrado que não houve visita de médico(a) nesse período. Vinte e cinco comunidades tiveram uma visita de enfermeiros(as) no último ano e 22 contaram com o atendimento por en-

fermeiros(as) foi feito por duas vezes nos últimos doze meses.

O levantamento registrou, que nos dois anos anteriores as entrevistas, houve na região da CAIARNX 51 casos de mordida de cobras, 115 casos de microfilária, 17 casos de doenças da mulher (câncer de mama, útero etc). Chama atenção o registro (alto) de casos de malária, 953 no total, no entanto é necessário atentar para casos em que comunidades com muita incidência desta doença não souberam informar a quantidade exata de casos, que se registrados, aumentariam ainda mais este número.

Quanto aos/às agentes indígenas de saúde (AIS) na região da CAIARNX, há 44 que vivem nas próprias comunidades. Esta iniciativa de formação é uma reivindicação de longa data do movimento indígena e caminha em conjunto com a luta pelos direitos indígenas. Na região das TIs do Rio Negro estes agentes foram formados em uma iniciativa conjunta entre FOIRN e FIOCRUZ que buscaram e continuam buscando o apoio das instituições oficialmente responsáveis pela saúde indígena (DSEI-ARN e SESAI) além de realizar parcerias com as secretarias estadual e municipal de educação para estabelecer uma formação de base para os/as agentes.

Na região da CAIARNX o levantamento registrou 6 casos de suicídio no período dos dois anos anteriores. Homicídios são raros na região de acordo com o GT da CAIARNX. Foram apurados 21 casos de acidentes como quedas ou afogamentos na região.

Sobre o consumo de bebida alcoólica, 20 comunidades o percebe como um problema. Destas 20, dez comunidades responderam que é um problema e que há regras ou restrições e outras dez apontaram que há problemas com o consumo mas que não há regras da comunidade sobre o assunto. A maioria,

39 comunidades ou sítios, afirmou que não há problemas ou regras quanto ao consumo de bebida alcoólica. Doze afirmaram não haver problemas e que existem regras locais.

Benefícios sociais e renda

Um tema crescente no cotidiano da região é a monetarização e o acesso a benefícios sociais. O levantamento contabilizou que há 263 pessoas que atualmente são assalariadas. Já a aposentadoria é recebida por 218 homens e 261 mulheres. Quanto às mulheres que receberam salário maternidade nos últimos doze meses foram registradas 150. Já o Bolsa Família é acessado por 618 famílias da região, ou seja, 60% das famílias acessam este programa.

Governança e movimento indígena

Sobre as associações indígenas, 62 comunidades e sítios afirmaram participar de uma das dez associações existentes na região. Dentre essas, 14 participaram de alguma iniciativa nos últimos dois anos sendo que o total de iniciativas registradas foi de 22 uma vez que há comunidades que participaram de mais de uma. As iniciativas mencionadas envolvem: atividades produtivas – sobretudo de produtos da roça, artesanato, piscicultura, avicultura e de extrativismo com destaque para a piaçava; ações de valorização dos conhecimentos indígenas – como oficinas de medicina tradicional, revitalização e registro das línguas indígenas, fortalecimento de escolas indígenas; manejo ambiental; mais recentemente há a discussão para estruturar atividades de turismo principalmente no entorno de São Gabriel da Cachoeira.

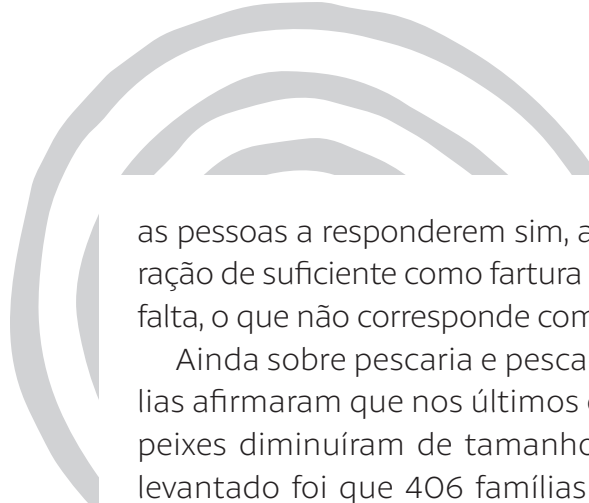
O levantamento registrou também as

principais dificuldades que as associações enfrentam. As mais citadas foram dívidas das associações, 21 casos, e a falta de disponibilidade da diretoria, também com 21 registros. A falta de recursos foi mencionada em 10 casos, a dificuldade na gestão de recursos em 5, a dificuldade de entendimento ou conflitos entre as comunidades representadas apareceu em 5 casos e a falta de sede própria e de infraestrutura de comunicação em 1 caso.

Resultados das entrevistas com as famílias residentes da região da CAIARNX

O levantamento socioambiental entrevistou 3.638 famílias. Dessas, 716 são da região da CAIARNX. Esta entrevista foi direcionada às atividades de produção e segurança alimentar das famílias que, através das perguntas, esclareceram questões relacionadas a pesca, caça, roça, extrativismo, venda de produtos, consumo de itens industrializados, permanência no centro urbano e impactos do programa Bolsa Família.

O registro indica que a grande maioria das famílias, 660, respondeu que pesca, o que significa que mais de 90% praticam a atividade. No entanto quando consideramos a questão que indagou sobre se a pesca é suficiente para o sustento da família, foram 437 famílias que responderam afirmativamente. O GT da CAIARNX aponta que há regiões onde o pescado é de acesso mais difícil, ou seja, a distribuição dos que julgam como suficiente é desigual. O GT indica também que muitas vezes a pergunta sobre se a pesca é suficiente pode significar e implicar diferentes questões. Desde uma qualificação do entrevistado como bom pescador e provedor da família, o que pode levar



as pessoas a responderem sim, até a consideração de suficiente como fartura ou que nunca falta, o que não corresponde com a realidade.

Ainda sobre pescaria e pescado, 558 famílias afirmaram que nos últimos cinco anos os peixes diminuíram de tamanho. Outro fator levantado foi que 406 famílias não vendem a pesca enquanto 251 vendem pescado. No entanto, na maior parte das respostas (195) a venda é classificada como ocorrendo de vez em quando e são poucos os registros de venda frequente (7 respostas). É consenso na região que os peixes estão diminuindo em tamanho, além do levantamento registrar que 598 famílias, 83% das entrevistadas na região, têm essa percepção, o grupo de trabalho e as conferências inaugurais confirmam essa percepção. Sobre o peixe estar mais arisco, 606 famílias responderam que sim.

Sobre a caça, 442 famílias afirmaram que a praticam e 274 não caçam. Paca, queixada e cotia, respectivamente, foram mais citados como animais mais comuns de serem caçados. Os três animais que as famílias entrevistadas mais afirmaram ter deixado de existir são: queixada; anta e veado.

Fazer roça é outra atividade que aparece como predominante entre as famílias entrevistadas na região da CAIARNX. Das 716 famílias entrevistadas, 616 possuem roça. Como destaque, a região do Balaio apontou que dentre 38 famílias, 37 têm roça. Na região do Xié, de 128 famílias, 123 têm roça. Ao contrário da pesca, os produtos da roça são vendidos pela maior parte das famílias, 449, enquanto 167 famílias responderam não comercializar produtos da roça. A farinha de maniva aparece como produto da roça mais vendido, foram 402 registros. Seguindo o resultado do levantamento, outros produtos foram citados como comercializáveis pelas famílias: 193 famílias afirmaram vender beiju,

181 famílias citaram banana, 177 a farinha de tapioca, e 139 o abacaxi.

O extrativismo de manejo tradicional é também uma prática comum entre as famílias. Sobre os produtos do extrativismo na região da CAIARNX, 97 famílias afirmaram vendê-los. Os itens, e a quantidade de famílias que os vendem contabilizados pelo levantamento foram: madeira 24 famílias, tucum 14 famílias, cipó 8 famílias e piaçava 7 famílias. A maioria das respostas, 57, citou “outros produtos” extrativistas e mencionaram vender: cipós, arumãs e borracha.

Sobre o consumo de materiais industrializados, o levantamento apurou quais itens básicos as famílias consomem. O açúcar foi mencionado por 588 famílias, o café por 587 e bolachas por 459. O arroz aparece em 454 entrevistas como item de consumo, enquanto o sabão aparece em 449 registros. Finalmente, o sal é elencado como item de consumo em 385 famílias e o combustível, em sua maior parte gasolina, figura em 318 respostas.

Na avaliação das famílias sobre alimentação, a maioria respondeu que considera a alimentação como sendo boa, 440. Uma parcela, 226 famílias, avaliou sua alimentação como sendo razoável e somente 10 famílias apontaram como ruim este quesito. Dentre os motivos, a falta de peixe, 8 casos, foi mencionada como principal causa. A falta de roça foi assinalada por somente uma família.

Em uma questão direcionada à permanência das famílias na cidade no último ano anterior a entrevista, são poucas, 58 famílias, que passaram mais de quatro meses no centro urbano. Para acessar recursos do Programa Bolsa Família são necessárias viagens ao centro urbano de São Gabriel da Cachoeira, 227 famílias fazem a viagem a cada 2, 3 meses e 208 famílias viajam todo mês. Viagem que é custosa e com diversos riscos.

Dados do censo socioambiental na região da CAIARNX

Ao total, segundo o levantamento, são 4.582 pessoas residentes na região da CAIARNX. Este número difere, um pouco, do total registrado pelos formulários comunitários onde temos 4810 pessoas. Isto porque neste último a pergunta era feita coletivamente e o grupo presente estimava quantas pessoas e famílias moravam na comunidade na época da entrevista. Já para a elaboração do censo, a equipe de levantamento sentava com os/as agentes de saúde e inseria pessoa por pessoa. No formulário de censo os registros indicam etnia, sexo e idade.

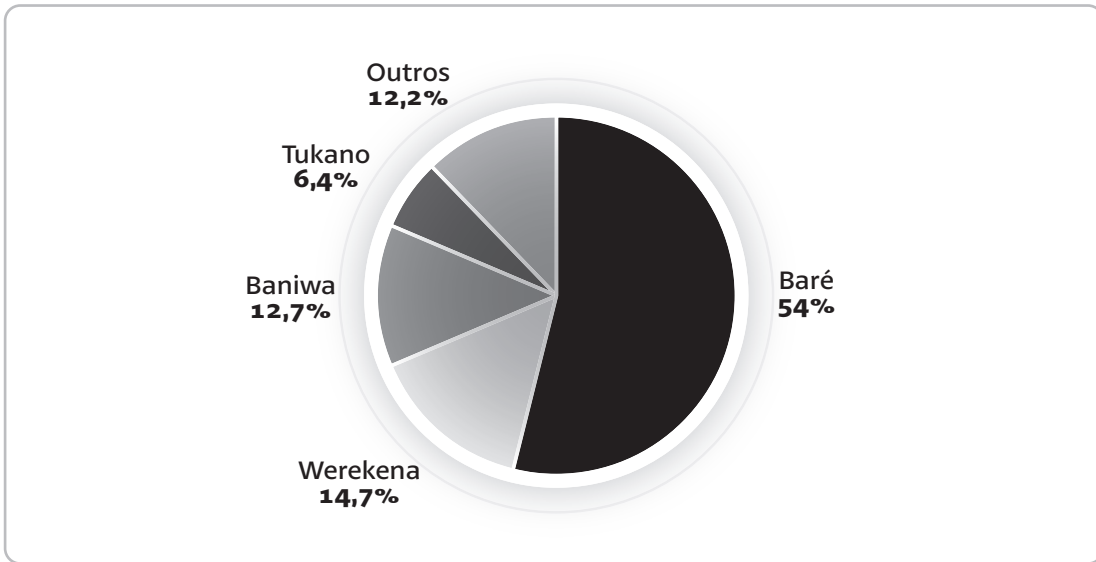
Destes 4.582 registros, 2.243 são do sexo feminino e 2.339 do sexo masculino.

A etnia mais numerosa na região é a Baré, com 2.476 pessoas. Registrou-se também uma forte presença Werekena, com 677 pessoas, e em sequência: 585 pessoas Baniwa, 297 Tukano e 136 Desana. Outras etnias também estão presentes: há 93 Koripako, 80 Piratapuia, 68 Tariano, 41 Tuyuka, 31 Hupd'äh, 24 Kubeo, 18 Kotiria, 9 Arapaso e 47 respostas de outras etnias (Bará, Caboclo, Karapanã, Yeba Mahsã).

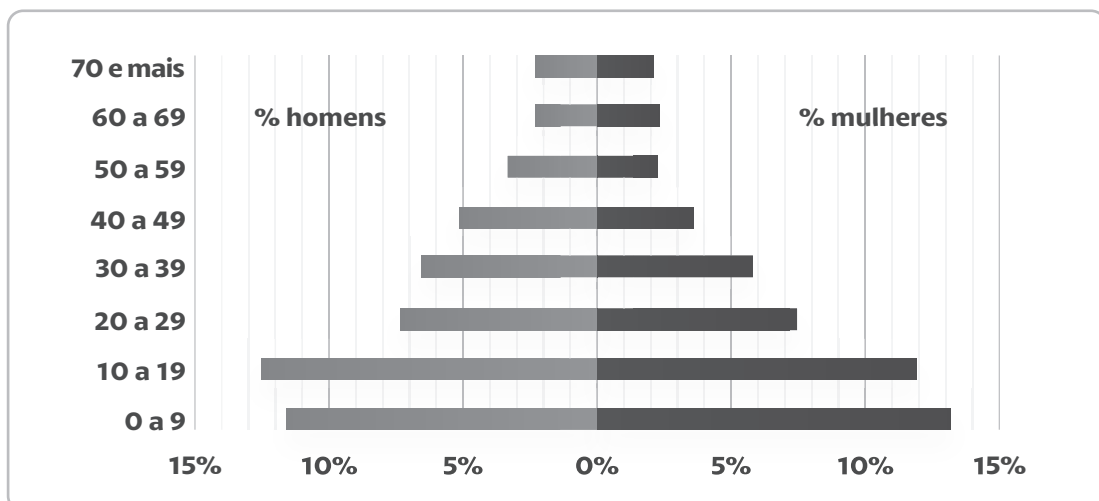
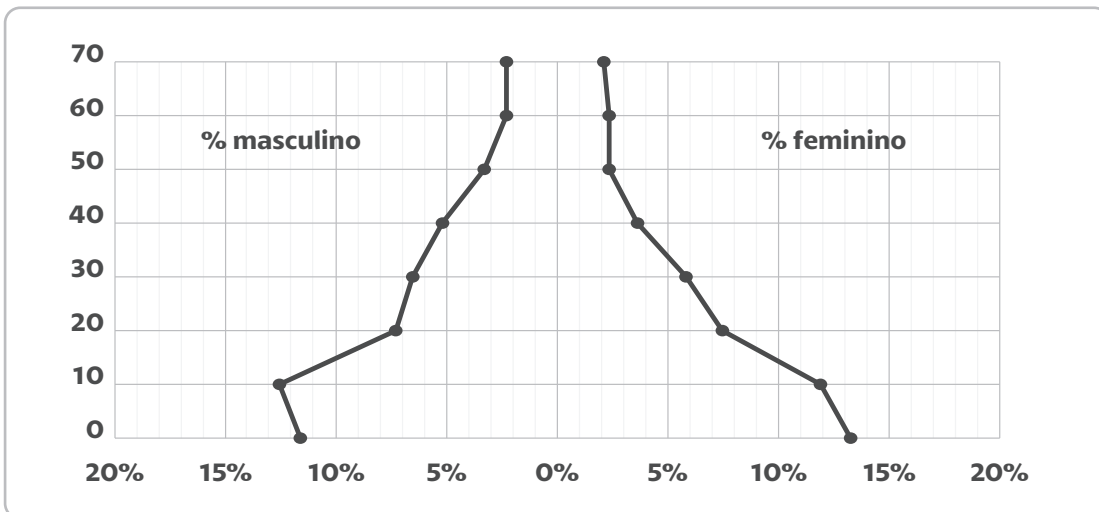
Tabela I – Número de pessoas por etnia na região da CAIARNX de acordo com o formulário de censo do levantamento socioambiental FORIN e ISA (2017)

Etnia	Pessoas	Em %
Baré	2476	54,0%
Werekena	677	14,7%
Baniwa	585	12,7%
Tukano	297	6,4%
Desana	136	2,9%
Koripako	93	2,0%
Piratapuia	80	1,7%
Tariano	68	1,4%
Tuyuka	41	0,8%
Hupd'äh	31	0,6%
Kubeo	24	0,5%
Kotiria	18	0,3%
Arapaso	9	0,19%
Outras/sem resposta	47	1,0%
Total	4582	100%

Gráfico I – Etnias na região da CAIARNX



Gráficos II e III – Perfil etário da população da CAIARNX





Participantes da oficina de validação do PGTA CAIARNX. Ray Baniwa/FOIRN, 2019

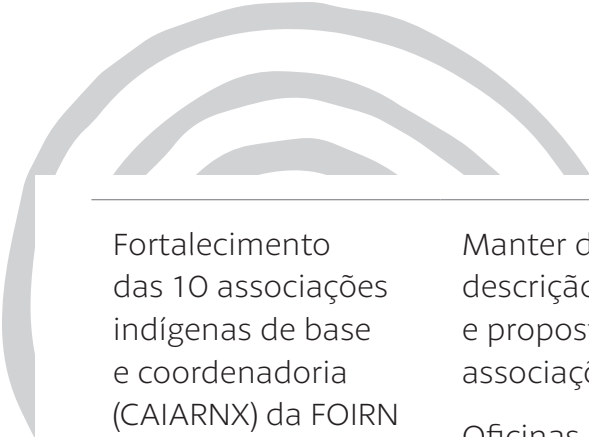
IV. Propostas e demandas da região da CAIARNX

1) Território, governança e direitos indígenas

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Garantir a autonomia e decisão dos povos indígenas sobre o próprio território	Envolver as instâncias de governança indígena na tomada de decisões. (associações, comunidades, coordenadorias regionais, lideranças e FOIRN)	Associações indígenas, Comunidades, FOIRN, Funai e instituições responsáveis por iniciativas em TIs
Cumprimento dos direitos das populações indígenas	Que os direitos assegurados via Constituição Federal sejam efetivos, plenos e que não sofram retrocessos	Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo do Brasil, Funai, FOIRN, CAIARNX
Garantia e participação indígena nas políticas públicas governamentais	Garantir demarcação de TIs e sua gestão Abrir, manter e aprimorar instâncias de participação indígena nas agências governamentais	
Realização de parcerias com participação dos povos indígenas e seus representantes de maneira conjunta, envolvendo consulta, planejamento e execução	Projetos esclarecidos, consentidos e construídos de forma participativa com povos indígenas	Comunidades, Associações de base da CAIARNX, FOIRN e instituições com propósito de atuar nas TIs

Demarcação física e homologação da TI Cué Cué Marabitanas	<p>Realizar demarcação física</p> <p>Realizar discussão sobre processo de demarcação em Cucuí</p> <p>Elaborar documentos a partir das assembleias de associações de base, assembleia regional da CAIARNX e geral da FOIRN para reivindicar conclusão da demarcação</p> <p>Montar comissão de lideranças da região CAIARNX para pressionar conclusão do processo de demarcação</p> <p>Divergências: pessoas contrárias à demarcação; informações errôneas sobre demarcação que se concentram somente nas proibições em TIs e não na proteção e garantia de direitos coletivos</p>	CR RNG e CGID/ Funai com apoio de lideranças, FOIRN, CAIARNX e AIDCC (Cucuí), Associações de base da CAIARNX
---	--	---

Sobreposição entre TIs e Parque Nacional ou Reserva Biológica	<p>Tornar essa característica como uma dupla proteção ao território e às populações e não como proibições na gestão indígena do território</p> <p>Plano de manejo do Parna Pico da Neblina em diálogo e respeitando as propostas dos PGTA's do médio e alto Rio Negro</p> <p>Aumentar participação indígena nos espaços de tomada de decisão das unidades de conservação</p> <p>Que seja respeitada a autonomia e a ocupação histórica dos povos que vivem em TIs com sobreposição ao Parque e à Reserva</p>	Funai, ICMBio, MPF, FOIRN, CAIARNX, ISA, Comunidades, Associações indígenas, AINBAL, AMIBAL, OCIARN
---	--	---



Fortalecimento das 10 associações indígenas de base e coordenadoria (CAIARNX) da FOIRN

Manter diagnóstico atualizado – com descrição de seus objetivos, situação jurídica e propostas de atuação – sobre as 10 associações de base

Oficinas de formação política e em gestão administrativa para associações

Articulação e mobilização na região para garantir participação/ representação das comunidades nas associações

Elaboração de projetos próprios das associações. Reuniões com as comunidades, continuidade na iniciativa de levantamento dos recursos comunitários

Discussões entre comunidades sobre áreas de representação das associações de base

Mobilizar as 6 associações da região com CNPJ para regularização

Discussões sobre necessidade de CNPJ para as associações e seus riscos, requerimentos e exigências

Divergências: poucos recursos para associações de base; falta de continuidade dos membros das associações, dos representantes na FOIRN e da assessoria. Falta de participação, interesse e contribuição de moradores das comunidades com as associações

Associações de base, CAIARNX, FOIRN, Funai, instituições parceiras no fortalecimento do movimento indígena

Divulgação dos direitos indígenas	<p>Elaborar material para uso nas escolas indígenas</p> <p>Formação de lideranças das associações de base sobre direitos indígenas</p> <p>Fortalecer a rede de comunicadores indígenas do Rio Negro, com participação de comunicadores nas agendas da CAIARNX e ampliação dos comunicadores para as regiões das 10 associações com prioridade inicial para as regiões do Xié e do Balaio</p>	FOIRN, Funai, ISA, SEMED-SGC, SEDUC-AM, MEC
Motivar conselhos de anciões nas instâncias de governança existentes (movimento indígena e conselhos de políticas governamentais)	<p>Valorização dos anciões tanto mulheres como homens</p> <p>Criar condições para participação de conhecedores(as). Convites especializados, formas de contribuição (troca ou remuneração)</p> <p>Elaborar projeto para remuneração</p> <p>Intercâmbio entre conhecedores para compartilhar experiências de trabalhos com conhecedores como Tiquié e Uaupés</p> <p>Consultar conhecedores, registrar e considerar suas sugestões na elaboração e execução de ações nas TIs</p>	<p>Associações de base, CAIARNX Conhecedores, FOIRN</p> <p>Para intercâmbios é necessário apoio do movimento indígena e instituições governamentais atuantes nas TIs, por exemplo Ministério da Saúde, DSEI-ARN, SESAI, MEC, SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
Organizar migração dos países vizinhos (Colômbia e Venezuela)	<p>Evitar trabalho ilegal e exploração dos migrantes</p> <p>Planejar permanência dos migrantes (acesso a educação e saúde)</p> <p>Estabelecer pontos de controle nas fronteiras</p> <p>Que haja diálogo entre instituições dos países vizinhos em SGC para apoiar a regularização dos migrantes</p> <p>Divergência: povos indígenas e migração histórica entre fronteiras nacionais</p>	Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Exército Brasileiro, Associações de base, Comunidades, FOIRN, ICMBlo e Funai

Considerar as 10 associações de base da CAIARNX como forma de representatividade indígena no território e forma de encaminhar assuntos de interesse local e regional

Planejar e executar ações junto às associações de base e com a CAIARNX

Participação, interesse e contribuição de moradores das comunidades com as associações

10 Associações de base, CAIARNX, FOIRN e instituições responsáveis por iniciativas em TIs

Estabelecer protocolo de consulta da base

Realizar discussões e entrar em consenso com associações e movimento indígena sobre protocolo de consulta

Associações de base, CAIARNX, FOIRN, ISA e Funai



2) Proteção e fiscalização territorial

Problemas/ Potencialidades

Propostas

Responsáveis

Postos permanentes de fiscalização e atendimento à população estruturados e com equipe

Estabelecer e fortalecer equipe e equipamentos básicos em pontos estratégicos de fiscalização – BR 307, Cucuí, Foz do Xié e Foz do Uaupés

Estabelecer CTL (Funai) com equipe permanente em Cucuí com apoio do Exército

Fortalecimento da CTL para acompanhar ações de fiscalização

Capacitar pessoas para fazer as fiscalizações junto ao coordenador do CTL

Exército Brasileiro, ICMBio, Funai com participação das comunidades e polícia rodoviária na BR 307

<p>Diálogo entre comunidades, Exército Brasileiro, ICMBio e Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>Realizar encontros para discutir termo de convivência entre Exército e comunidades</p> <p>Estabelecer regras e prestação de informações para abordagens feita pelo Exército (ex: registro de imagens e apreensão de caças, materiais de insumo e construção ou animais de estimação)</p>	<p>Associações de base, Exército Brasileiro, ICMBio, Funai (CTL), FOIRN e CAIARNX</p>
<p>Fortalecer a figura de agentes indígenas de proteção e manejo florestal</p>	<p>Realizar formação de agentes ambiental e florestal</p> <p>Garantir condições (transporte, equipamento, alimentação e ajuda de custo) para atuação dos agentes</p>	<p>ICMBio, Funai, associações indígenas da CAIARNX e de outras regiões, ISA e Exército Brasileiro</p>
<p>Elaborar acordos de convivência e acordos comuns para o uso de recursos, território e convivência</p>	<p>Debater direitos de uso das TIs</p> <p>Plaqueamento (reforçar limite físico, marco e placas)</p> <p>Fortalecimento das lideranças e clareza de suas funções como representantes</p> <p>Construção e definição de regras de acesso e uso em cada área das 9 associações de base</p> <p>Definição de zonas à serem preservadas</p> <p>Etnomapeamento e etnozoneamento</p> <p>Mediação de conflitos</p> <p>Elaboração de Acordos de convivência</p> <p>Debates e acordos sobre migração dentro das TIs</p> <p>Que os acordos sejam respeitados e reconhecidos como instrumentos de gestão</p>	<p>Associações de base da CAIARNX, FOIRN, Funai, ISA, ICMBio</p>





3) Educação escolar indígena

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Que a história, cultura e identidade dos povos indígenas do Rio Negro sejam considerados como disciplinas escolares e incluída na educação dos jovens	Inclusão de história indígena como disciplina escolar Fortalecer o departamento de educação indígena das secretarias de ensino Participação de conhecedores(as) na educação escolar com remuneração	Associações de escolas indígenas, FOIRN, MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC
Elaborar material de formação que considere os conhecimentos indígenas e não-indígenas e estruturar bibliotecas nas escolas indígenas	Estabelecer grupos de trabalho nas comunidades reunindo conhecedores(as), lideranças, secretarias de ensino e pesquisadores	Associações de escolas indígenas, conhecedores(as), FOIRN, Funai, ISA, MEC, professores, SEMED-SGC, SEDUC-AM, universidades e institutos de pesquisa
Estabelecer momentos para discutir oportunidades após formação escolar Falta de cursos profissionalizantes	Estabelecer junto com as comunidades possibilidades de atuação para os formandos na região Estimular formação para áreas de atuação de interesse das comunidades Prover cursos profissionalizantes em áreas de interesse das comunidades	Comunitários, professores, escolas de ensino médio, Associações de base da CAIARNX, MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, UEA, UFAM, CETAM, IFAM
Escolas consideradas como anexo devem seguir currículo da escola matriz	Possibilitar que escolas anexas tenham autonomia de planejamento e execução Que professores (as) das escolas anexas participem dos encontros pedagógicos da escola matriz e que tenham acompanhamento técnico. Para encontros pedagógicos é necessária assessoria pedagógica	Associações de escolas indígenas, MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM com apoio da FOIRN e associações

Infraestrutura: apesar de constar como construídas, as condições da maioria das escolas são precárias

Consultar comunidades sobre modelo ideal para construção das escolas

Otimizar recursos locais (matérias primas) para construção

Construir ou reformar as escolas

Não relacionar a escolha de construção da escola a relações políticas entre prefeituras e certas comunidades

Construir ou acordar com a comunidade um espaço de moradia para professores

Criar biblioteca e espaços de compartilhamento e arquivo de conhecimentos

Comunidades, associações das escolas indígenas e de base da CAIARNX, FOIRN, MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM

Escolas multi-seriadas nas comunidades e falta de professores(as) para disciplinas específicas

Garantir professores(as) qualificados e formação continuada. Valorização de salários e benefícios

Planejar carga horária considerando diferentes níveis de alunos

MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, professores(as), associações de base da CAIARNX. Apoio: FOIRN, ISA e Funai

Elaboração e aprovação dos PPPIs

Exigências/modelos do PPPI não são consensuais entre escolas, secretarias e comunidades

As comunidades muitas vezes não conhecem os modelos e propósitos dos PPPIs

Falta acompanhamento qualificado, apoio pedagógico, para elaboração e implementação dos PPPIs

Que os PPPIs considerem o planejamento e formação na educação intercultural que deve ser incorporada como metodologia e conteúdo de ensino

Que os PPPIs considerem que o ensino é para gerir nossas vidas, para gerir nossas terras e não só como instrumento da escola

Estabelecer um modelo de PPPI em acordo comum entre docentes, comunidades e secretarias de ensino

Apoiar a elaboração, aprovação e revisão dos PPPIs elaborados

Informação para as comunidades saberem em qual etapa estão os PPPIs. Detalhar e comunicar situação dos PPPIs

Os PGTAs podem apoiar no entendimento de itens importantes para os PPPIs como valorização cultural, segurança alimentar e sustentabilidade econômica

Realizar debates sobre um PPPI geral da região para guiar os projetos das comunidades.
Debates sobre PPPI com escolas anexas

Associações de escolas indígenas, comunidade escolar, conhecedores (as), MEC, Professores, SEDUC-AM, SEMED-SGC, FOIRN, CAIARNX, associações de base da CAIARNX e ISA

O calendário da SEMED para as comunidades não segue um padrão constante Calendário da SEMED não dialoga com as demandas das comunidades

Estabelecer padrão em conjunto com comunidades respeitando calendários e metodologias criadas a partir de experiências escolares nas comunidades

Associações de escolas indígenas, comunidades, departamento de educação da FOIRN e SEMED-SGC

<p>Falta professores com formação específica na Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Horários e calendários não são favoráveis aos jovens e principalmente adultos mais velhos</p>	<p>Estabelecer programa de formação para lecionar no EJA</p> <p>Criar calendário e estabelecer horários inclusivos</p>	<p>SEDUC-AM e SEMED-SGC, FOIRN, professores(as), associação de base da CAIARNX e de escolas indígenas</p>
<p>Merenda regionalizada reforça a ligação entre escola e comunidade que ganham autonomia (menos dependência do poder público), aumenta o poder de compra da comunidade para itens escolares como material didático, reduz a produção de lixo e aumenta a qualidade nutricional da merenda</p>	<p>Planejamento das compras</p> <p>Quantidade deve ser calculada para o ano todo</p> <p>Discussão e planejamento com critérios para o gasto dos recursos da venda da merenda</p> <p>O responsável pela compra precisa ter relação com a escola</p> <p>Valorização dos alimentos tradicionais na merenda escolar</p> <p>Acordos nas comunidades para cultivo e criação de alimentos</p> <p>Que haja um sistema de compras e utilização eficiente para alimentação escolar de qualidade</p>	<p>Agricultores(as), associações de escolas indígenas, comunitários, associações de base da CAIARNX, MEC, PNAE, SEDUC-AM, SEMED-SGC</p>
<p>Falta presença da equipe técnica das Secretarias de Educação nas comunidades</p>	<p>Pedagogos e Agentes Pedagógicos Indígenas (APIs) devem trabalhar juntos nas comunidades</p> <p>Deve haver no mínimo dois encontros por ano entre comunidade e as equipes</p> <p>Comunidades precisam ser comunicadas e apresentadas aos APIs</p> <p>Divulgação do plano de visita dos APIs</p>	<p>APIs, comunidades, professores(as), associações de base da CAIARNX, FOIRN, SEMED-SGC e SEDUC-AM</p>

<p>Estabelecer um modelo de escola que combine moradia e recursos para alimentação dos alunos (roças, criadouros de animais)</p>	<p>Discutir a experiência das escolas piloto do projeto de educação FOIRN e ISA</p>	<p>Comunitários, professores e lideranças envolvidos nas escolas piloto, SEMED-SGC, SEDUC-AM, ICMBIO, ISA e FOIRN</p>
<p>Propor espaços de estudos na prática</p>	<p>Incentivar intercâmbios entre escolas piloto e escolas da região da CAIARNX</p>	<p>Escolas, professores(as), associações de base da CAIARNX, SEDUC-AM, SEMED-SGC, FOIRN e ISA</p>
<p>Implantar metodologia de ensino via pesquisa</p>	<p>Inserir metodologia de ensino via pesquisa nos PPPIs</p> <p>Garantir que as práticas tenham planejamento e metodologia de ensino</p>	<p>FOIRN e ISA</p>
<p>Falta de transporte escolar</p>	<p>Adquirir meios de transporte adequados para escolas</p>	<p>APIs, escolas indígenas, SEMED-SGC, SEDUC-AM e associações de base da CAIARNX com apoio da FOIRN</p>
<p>A distribuição do combustível para o transporte escolar não é bem organizada com os Agentes Pedagógicos Indígenas, muitas vezes a quantidade recebida é menor do que a gasta para receber o combustível em São Gabriel</p>	<p>Organizar para que a distribuição do combustível chegue às comunidades e famílias que necessitam se locomover para atender à escola</p> <p>Aumentar o diálogo de planejamento entre as secretarias de educação municipal e estadual</p>	<p>APIs, escolas indígenas, SEMED-SGC, SEDUC-AM e associações de base da CAIARNX com apoio da FOIRN</p>
<p>Falta coordenação entre SEMED e SEDUC para otimizar recursos de combustível</p>	<p>Aumentar o diálogo de planejamento entre as secretarias de educação municipal e estadual</p>	<p>APIs, escolas indígenas, SEMED-SGC, SEDUC-AM e associações de base da CAIARNX com apoio da FOIRN</p>

<p>Instalação de internet nas escolas</p>	<p>Garantir acesso à internet aos estudantes e professores</p> <p>Realizar manutenção dos equipamentos</p> <p>Incentivar pesquisa, trocas de conhecimentos</p> <p>Garantir acesso à informação</p> <p>Iniciar em comunidades estratégicas (Cucuí, Anamoin, Campina, Tabocal dos Pereira, Amiu)</p>	<p>Associações de escolas indígenas, professores(as), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
---	--	---

<p>Descontinuidade do trabalho e vínculo de professores com as comunidades. Discutir contrato de longo prazo com professores. Falta de planejamento para a contratação no efetivo de professores qualificados</p>	<p>Regularizar e cumprir contrato de professores</p> <p>Estabelecer critérios de qualificação dos docentes para seleção</p> <p>Manter programa de formação continuada dos professores</p> <p>Discutir processo de seleção dos professores com comunidade escolar</p>	<p>Associações de escolas indígenas, professores(as), SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
---	--	--

<p>Falta de distribuição adequada do material didático</p>	<p>Estabelecer e cumprir cronograma de entrega dos materiais</p> <p>Comunicar escolas das comunidades com antecedência o cronograma de distribuição</p>	<p>SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
--	---	-----------------------------

<p>Considerar e usar como referência os documentos do TEE-RN (Território Etnoeducacional do Rio Negro)</p>	<p>Realizar planejamento e discussões sobre educação escolar a partir de acordos e documentos pactuados no TEE</p>	<p>Associações de escolas indígenas, APIs, FOIRN, professores(as) SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
--	--	--

<p>Há comunidades com problemas de avaliação dos professores. Apontam que não seguem os calendários, sugerem substitutos não qualificados e quebram acordos comunitários</p>	<p>Incentivar o diálogo e planejamento entre comunidade e professores</p> <p>Realizar uma avaliação com registro e ampla participação da comunidade</p>	<p>Comunitários, professores(as) e pedagogos(as) de referência</p>
<p>Que o Conselho de Educação do município de São Gabriel da Cachoeira seja efetivo e com apoio para controle social</p>	<p>Realização de conferências e eventos sobre situação da educação escolar na região da CAIARNX. (Sugestão de locais: Balaio, Ilha das Flores, Juruti, Pirapucu, Anamoin e Cucuí)</p> <p>Apoio e formação dos participantes do Conselho</p>	<p>SEMED-SGC, professores(as), associações de escolas indígenas e comunidade escolar</p>
<p>Intercâmbio entre escolas</p> <p>Seminário dos Professores Indígenas do Rio Negro</p>	<p>Discutir a política e práticas educacionais com troca de experiências</p> <p>Organizar seminário por três regiões: Xié, Balaio e Rio Negro</p>	<p>Escolas indígenas, SEMED-SGC, SEDUD-AM com apoio das associações de base</p>
<p>Elaborar diagnóstico das escolas indígenas da região da CAIARNX</p>	<p>Traçar situação atual das escolas a partir de dados existentes e observação e elaborar propostas</p> <p>Participação dos alunos nos diagnósticos</p>	<p>Escolas indígenas, associações de base da CAIARNX</p>
<p>Criação de instituto de ensino superior e pós graduação em áreas de conhecimentos voltadas às questões indígenas</p>	<p>Considerar discussões e trabalhos realizados no Rio Negro sobre educação superior e construir modelo apropriado à região</p>	<p>Escolas Indígenas, associações de base da CAIARNX, FOIRN, Funai, ISA, MEC, universidades e institutos de pesquisa</p>

4) Saúde Indígena

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Valorizar a prática da medicina tradicional e conhecedores(as)	Inserir conhecedores(as) no quadro das equipes multidisciplinares do DSEI-ARN, CASAI e SESAI. Que sejam remunerados(as)	CASAI, Conhecedores(as), DSEI-ARN, SESAI, Comunidades e associações de base da CAIARNX
Reconhecer oficialmente a contribuição de benzedores e parteiras à saúde	Incentivar diálogo entre tratamentos e profilaxia tradicionais e medicina ocidental Reconhecimento e valorização dos conhecedores(as) nas comunidades	Comunitários, associação de base, conhecedores(as), DSEI-ARN e SESAI
Criar um espaço de cultivo e preparação de remédios tradicionais que opere como centro de referência para pesquisa e distribuição	Construir espaços para cultivo e armazenamento de remédios tradicionais em comunidades estratégicas (Acobucu, Amiu, Balaio, Campinas, Ilha das Flores) Estabelecer cuidados e regras pelos(as) conhecedores(as) e mecanismos para evitar a apropriação indevida, sem consulta e consentimento, de conhecimentos e práticas	Comunitários, associação de base, conhecedores(as), DSEI-ARN e SESAI
A presença das equipes de saúde nas comunidades varia muito de acordo com a época, com o gestor e os esforços da equipe Envolvimento, compromisso e qualificação das equipes	Estabelecer e divulgar agenda padronizada considerando demandas das comunidades Que a equipe da saúde esteja preparada e qualificada para trabalhos de campo, nas comunidades Priorização de indígenas formados para atendimento nas comunidades Garantir permanência do atendimento Acordos com as comunidades para manutenção dos pólos base	AISs, comunidades, associações de base da CAIARNX, DSEI-ARN, SEMSA-SGC e instituições de ensino superior

<p>Agentes Indígenas de Saúde (AISs) precisam ter mais apoio e reconhecimento de sua importância</p> <p>AISs devem realizar atividades de profilaxia e cura mesmo sem medicamentos, colocando em prática conhecimentos tradicionais</p>	<p>Reconhecer AISs como parte essencial do atendimento à saúde e como categoria oficial</p> <p>Incluir AISs no planejamento e instâncias de decisão do DSEI-ARN</p> <p>Garantir ajuda de custo e insumos básicos, equipamentos, para que AISs possam exercer suas funções</p> <p>Formação continuada dos AISs</p> <p>Incentivar diálogos entre conhecedores(as) e AISs</p>	<p>Associações de base da CAIARNX, FOIRN, DSEI-ARN, SESAI, Fiocruz, CETAM e Funai</p>
<p>Falta de medicamentos e infraestrutura</p>	<p>Construção dos pólos base de Vila Nova (Xié) e Ilha das Flores</p> <p>Reforma dos pólos do Balaio e Juruti</p> <p>Manutenção contínua dos pólos base</p> <p>Garantir fornecimento regular e estoque adequado de medicamentos nos pólos base</p>	<p>DSEI-ARN e SESAI</p>
<p>Melhorias na comunicação e no transporte de pacientes com humanização dos resgates</p>	<p>Adquirir motores, voadeiras, barcos e viaturas apropriadas – com proteção contra intempéries do tempo, bancos e macas – para o transporte de pacientes</p> <p>Importância de cada pólo base (Ilha das Flores, Juruti, Vila Nova, Cucuí e Balaio) possuir equipamento de transporte</p> <p>Dinamizar os meios de transporte (combinar fluvial e aéreo e melhorar o rodoviário na BR 307) para remoções e atendimento</p> <p>Instalação e manutenção de radiofonia em comunidades estratégicas (Iá Mirim, Ilha das Flores, Vila Nova, Anamoin, Juruti)</p> <p>Manutenção dos orelhões</p>	<p>DSEI-ARN, SESAI, Cias de Telefonia, ANATEL</p>

Consumo excessivo de álcool	<p>Orientar e informar sobre o consumo de álcool, sobre os diferentes tipos de bebida, a origem de cada uma e as consequências do consumo</p> <p>Formação de um grupo – interinstitucional e com presença de lideranças – que discuta e mobilize sobre o consumo de álcool</p> <p>Na região do Alto Rio Negro é necessário encontros entre os comerciantes de Cucuí e lideranças para estabelecer regras e um acordo comum</p> <p>Finalização do processo de demarcação da TI o que deve facilitar as regras de comercialização em Cucuí e acordos de consumo</p> <p>Fomentar o debate e discussão sobre o consumo de álcool na região buscando acordo comum regional e elaboração de regimentos internos das comunidades</p> <p>Participação dos jovens nas discussões</p>	<p>AISs, comunitários, DSEI-ARN, professores(as), conhecedores(as), escolas, lideranças, DSEI-ARN, Conselho Tutelar, comerciantes, associações indígenas de base da CAIARNX, FOIRN, DAJIRN, Funai e Exército</p>
-----------------------------	---	--

Problemas de saúde relacionados ao consumo de produtos alimentícios industrializados	<p>Conscientização da população sobre malefícios do excesso de sal (hipertensão) e de açúcar (cáries e diabetes), conservas, e de alimentos industrializados. Informar sobre uso de agrotóxicos, conservantes e processamento em produtos industrializados</p> <p>Valorizar as conhecedoras: levantamento das conhecedoras e realização de oficinas sobre alimentação em diferentes fases da vida e de culinária indígena nas regiões das 10 associações de base</p> <p>Resgate da prática de fazer sal tradicional e outros alimentos</p> <p>Campanha contra diabetes nas comunidades. Com participação de anciões</p> <p>Realizar campanhas sobre alimentação balanceada e variada</p>	<p>Comunidades, 10 associações de base da CAIARNX, conhecedores(as), AISs, DSEI-ARN e SEMSA-SGC</p>
--	--	---

Extensão de campanhas de vacinação nas comunidades da região	Realizar campanha no rio Xié	DSEI-ARN
Capacitação e contratação de microscopistas para a região da CAIARNX	Priorizar onde existem os pólos base (Ilha das Flores, Juruti, Vila Nova, Cucuí e Balaio)	DSEI-ARN
Fortalecimento do DSEI-ARN e o reconhecimento das reivindicações das populações indígenas por um sistema de saúde especializado	Estruturar o distrito, desenvolver gestão e atendimento Realizar processos seletivos com critérios que valorizem formandos das TIs e mantenham experiência e qualificações	SESAI, MS e DSEI-ARN
Realizar campanha de diagnóstico e tratamento de malária	Comunicar informações sobre malária para as comunidades. Seminários em comunidades estratégicas (ex: Ilha das Flores, Juruti, Amiu, Anamoin, Cucuí e T.I Balaio) Realizar ações de profilaxia e tratamento direcionadas à malária	DSEI-ARN, AISs e comunidades



5) Infraestrutura, Comunicação, Lixo e Saneamento

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Expansão e melhoria da rede de radiofonia	Compra de novas estações e manutenção das existentes. Ter espaço específico para armazenamento, cuidados e uso da rádio	Comunidades, associações indígenas, DSEI-ARN, FOIRN e Funai
Uso indevido da rede de radiofonia	Conscientização e respeito ao protocolo de uso da radiofonia. Formação, cursos, em manutenção dos rádios Comunidades responsáveis pelo uso e manutenção dos rádios. Não só a FOIRN	
Expansão e melhoria na qualidade da rede telefônica	Instalação e Manutenção de aparelhos Uso responsável pelas comunitários	MCTIC, Companhias Telefônicas e comunidades
Instalação de internet nas escolas das comunidades	Comunidades estratégicas (Balaio, Já Mirim, Cucuí, Anamoin, Campina, Tabocal dos Pereira, Amiu)	GESAC, MCTIC e MEC
Disponibilizar energia nas comunidades com atenção para convívio e formas não dependentes de diesel O uso de energia aumenta o bem-estar, traz informações, mas pode atrapalhar o convívio comunitário	A energia pode apoiar em iniciativas como educação, conservação e preparação de alimentos, mobilização das comunidades (reuniões e festas) Evitar fontes que dependam da queima de combustível, conhecer mais sobre iniciativas de energia solar, opções de geração via hidroelétrica/ hidrocinética e eólica. Sugestão de comunidade piloto: Cumati. Para esta iniciativa deve haver estudos dos impactos ambientais	CEAM, Comunidades, Ministério de Minas e Energia, Institutos de pesquisa sobre energias renováveis

Estrada BR-307 com manutenção contínua	<p>Manutenção imediata da BR- 307 do km 07 ao km 100</p> <p>Manter manutenção uma vez por ano com material específico e de qualidade da estrada BR-307</p> <p>Manutenção das pontes, bueiros, e retiradas dos entulhos. Prioridade para ponte/ concreto nas comunidades do Balaio, lá mirim, Rodrigo Cibele</p> <p>Fiscalização da Estrada BR-307</p> <p>Reforçar a presença de equipe e infraestrutura do posto de fiscalização. Qualificar a formação para novos agentes de segurança</p> <p>CTL (Funai) próprio da TI Balaio</p> <p>Estabelecer drenagem da Estrada</p> <p>Retirar entulho dos bueiros</p> <p>Realizar manejo e reflorestamento em regiões usadas para tirar materiais para manutenção da BR 307</p>	<p>DNIT, Exército, Funai, ICMBio, Secretaria do Meio Ambiente (AM), MMA, Polícia Rodoviária Federal. Apoio das associações de base da CAIARNX</p>
--	---	---

Manutenção das redes de energias da BR-307	<p>Garantir fornecimento de energia constante ao longo da BR-307 no trecho de São Gabriel da Cachoeira e Balaio</p> <p>Capacitação para comunitários da TI Balaio sobre manutenção básica da rede elétrica</p>	<p>CEAM, MME, AINBAL, AMIBAL, CEAM e Exército Brasileiro</p>
--	--	--

Gestão do lixo nas Terras Indígenas	Ter um programa de gestão para lixo em TIs. Criação de lugares específicos para destinar lixo	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Casa Civil- Presidência), MMA,
Problemas de acúmulo de lixo	Conscientização sobre separação e destino de lixo	MS, Prefeitura
Contaminação via pilhas e baterias	Oficinas de reciclagem nas escolas e comunidades	SGC, ICMBlo, comunidades, associações
	Criar e divulgar informativo com instruções sobre diferentes tipos de lixo e como destina-los	indígenas, escolas, SEDUC-AM, SEMED-
	Manter e ampliar presença dos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental	SGC, DSEI-ARN e ISA

Construção e manutenção de poços artesanais	Realizar estudo para determinar comunidades estratégicas para construção de poços artesanais	AISARN/DSEI-ARN, Exército Brasileiro, CAIARNX, Programa
Estabelecer sistemas de captação de água potável	Fazer manutenção nos poços existentes Expandir distribuição de equipamento para coleta de água da chuva	água para todos/ MDR, com apoio das associações indígenas locais





6) Manejo e iniciativas produtivas

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Elaborar Plano de Manejo de recursos estratégicos como pesca, madeira, caça e frutíferas nativas	Oficinas de levantamento de informação Elaboração de acordos intercomunitários sobre uso dos recursos Formação de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental Oficinas de mapeamento na região das 9 Associações de base da CAIARNX Projeto Cupixá, fortalecimento da economia e produção indígena Divergências: exploração de recursos minerais	Associações de base da CAIARNX, comunidades, FOIRN, CAIARNX, Funai, MMA, ISA e ICMBio
Estruturar cadeias de comercialização de produtos da roça e do extrativismo	Oficinas de identificação de atores e produtos. Oficinas de comercialização, formação de preços e planos de negócios Criar local para venda e beneficiamento de produtos da roça e do extrativismo Realizar feiras de produtores com calendário anual Fortalecimento da loja Wariró e acordos com produtores e associações Criar mecanismos de ampliação do acesso dos povos indígenas a políticas públicas para a agricultura familiar tais como: PRONAF, PAA, PNAE, PNHR, DAP e outros; bem como construir políticas específicas para apoiar ações de sustentabilidade desenvolvidas por jovens e mulheres indígenas Apoiar salvaguarda do sistema agrícola tradicional do Rio Negro (IPHAN) nas ações de geração de renda dos produtos da roça Divergências: Propostas que foram aventadas mas não são consenso entre participantes das oficinas e discussões: avicultura, piscicultura e outras criações pois já houve experiências não exitosas	Associações de base da CAIARNX, FOIRN, Funai, IDAM, ISA, MMA, ICMBio, SEMPA-SGC e IPHAN

Estruturar iniciativas de turismo de base comunitária (ecoturismo e etnoturismo)	<p>Garantir protagonismo das comunidades e associações indígenas nas iniciativas de turismo</p> <p>Elaborar Plano de Visitação em conjunto com as comunidades</p> <p>Avançar nos planos da Serra do Cabari e no Balaio “Morro do Seis Lagos, Cachoeira Tamanduá”</p> <p>Iniciar discussão com oficina regional sobre turismo em regiões interessadas</p>	Associações de base da CAIARNX, FOIRN, Funai, ISA e ICMBio
Projetos de substituição de alimentos comprados por plantação própria	<p>Identificar comunidades interessadas</p> <p>Realizar estudos de viabilidade</p> <p>Oficinas sobre venda e troca dos produtos agrícolas e de extrativismo entre comunidades</p>	Associações de base da CAIARNX, comunidades, IDAM, Funai e FOIRN



7) Cultura e Salvaguarda de Patrimônios Socioambiental

Problemas/ Potencialidades	Propostas	Responsáveis
Valorização e reconhecimento da importância dos conhecedores(as), benzedores, parteiras, agricultoras e pessoas de notório saber para a gestão territorial e o bem viver	<p>Incluir conhecedores(as) nas instâncias de tomada de decisão com reconhecimento oficial e apoio</p> <p>Que as pessoas de notório saber tenham espaços na formação de jovens, com reconhecimento e apoio</p> <p>Realizar levantamento para especificar os tipos de benzedores atuantes</p>	Associações indígenas, comunidades, DSEI-ARN, Funai, FOIRN, SEDUC, SEMED, ICMBio

Registro e patrimonialização dos lugares sagrados

Mapear e registrar narrativas sobre lugares sagrados do alto rio Negro, Xié e Balaio.
Realizar exercícios de etnomapeamento junto às comunidades

Criar estratégia contra pressões como depredação, desconhecimento e desvalorização da cultura indígena

Fazer destes locais espaços de aprendizagem e oportunidade de convívio intergeracional

Associações Indígenas, conhecedores(as) FOIRN, Funai, IPHAN, ICMBio e ISA

Realizar intercâmbios e registro de músicas e danças tradicionais

Oficinas com conhecedores e jovens de diferentes etnias e locais da CAIARNX

Associações de base, CAIARNX, FOIRN, Funai e ISA



8) Mulheres e jovens

Problemas/ Potencialidades

Fortalecer as associações de mulheres e jovens indígenas na região da CAIARNX

Propostas

Realizar oficinas de gestão das associações de mulheres no Balaio, AMIBAL, e em São Gabriel Mirim, AMIARN

Incluir participação destas associações nas instâncias do movimento indígena

Aumentar o envolvimento das Mulheres e jovens da FOIRN na gestão territorial

Responsáveis

Funai, FOIRN, DMIRN, AMIARN, AMIBAL e ISA e Secretaria de Cultura

Formar núcleos e grupos de trabalho de mulheres na CAIARNX e nas associações de bases da ACIPK, ACIBARN, ACIARN, OCIARN, ACIRX, AIDCC e OINV	Reunir mulheres nos espaços destas associações para discutir assuntos prioritários e estratégias de organização e atuação Realizar com estes núcleos de mulheres oficinas de gestão e empreendedorismo	Associações de base da CAIARNX, FOIRN, e DMIRN
Intercâmbio entre AMIBAL e AMIARN sobre medicinas tradicionais	Realizar série de oficinas entre duas associações e os núcleos de mulheres das associações de base	Associações de base da CAIARNX, AMIARN, AMIBAL e DMIRN
Capacitação sobre manejo do lixo e reciclagem	Oficinas sobre reciclagem	Núcleos de mulheres da CAIARNX, AMIARN e DMIRN
Promover troca de experiências com outras associações de base	Oficinas, encontros e seminários. Viagens de intercâmbio	Associações indígenas
Incentivar financeiramente programas para formação das jovens indígenas sobre a valorização do cuidado de saúde tradicional e produção de material didático sobre o tema nas línguas indígenas	Elaborar diagnósticos e materiais de apoio, realizar oficinas e seminários sobre o tema. Promover metodologias práticas e do aprender-fazendo	Associações indígenas, AMIBAL, AMIARN, Funai, MJ, MMA, MinC
Organizar biblioteca com viveiro para incentivar conhecimentos das mulheres indígenas	Reunir, materiais, narrativas e experiências relativos aos conhecimentos das mulheres Plantar hortas com diferentes mudas e associá-las à produção e circulação de informações	Núcleo de mulheres das associações indígenas, DMIRN, FOIRN e institutos de pesquisa



V. Questões regionais para reflexões



No processo de construção dos PGTAs foram realizadas reflexões recorrentes e próprias à região. Estas são frutos de todas as etapas e oficinas realizadas na região da CAIARNX: entrevistas e conversas com as comunidades e famílias durante o levantamento; assembleias das associações de base e oficinas com grupos de trabalho e análise de informações. Uma das bases de gestão indígena e territorialidades sublinhada neste processo, principalmente na conferência inaugural de Juruti em 2015, segue a divisão por **áreas de representação e abrangência das associações de base**. Subindo o Rio Negro, temos a ACIPK que envolve as comunidades do entorno de São Gabriel da Cachoeira, a ACIBARN que abarca comunidades a partir da região da foz do rio Içana e o início do alto rio Negro, até a comunidade Canaã. A ACIARN abrange desde a comunidade de Juruti até São Francisco. Para o rio Xié, a referência é a associação ACIRX. Continuando a subida do alto rio Negro temos a OCIARN que trabalha com as comunidades desde Vista Alegre até São Pedro. Cucuí por sua vez, é representado pela AIDCC e marca a região de tríplice fronteira do Brasil. Há ainda, desde 2017, a AMIARN, associação de mulheres sediada na comunidade São Gabriel Mirim que busca trabalhar com as mulheres indígenas de todo o território da CAIARNX. Na TI Balaio a representação fica à cargo da AINBAL e AMIBAL. Podemos ver essas áreas de representação no mapa da página 10.

Outra característica da região da CAIARNX é a sobreposição ao Parque Nacional Pico da Neblina com as Terras Indígenas Balaio e Cué Cué Marabitanas. No Balaio essa sobreposição entre TI e Parque Nacional se soma à Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos.

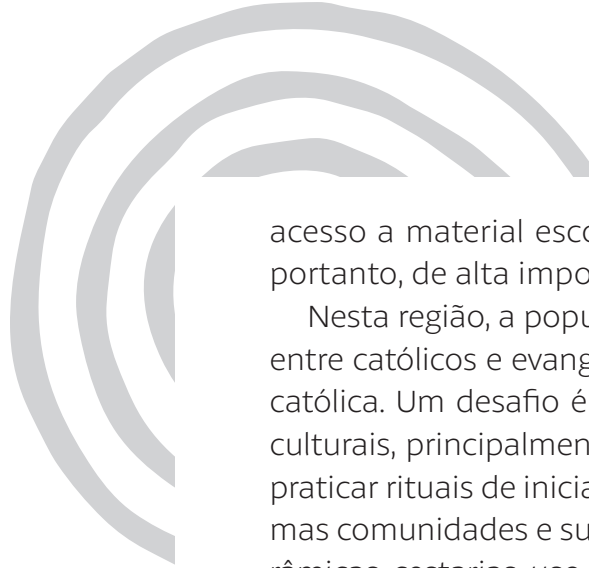
Ao longo do rio Negro, acima do centro urbano de São Gabriel da Cachoeira, existe um grupo de comunidades cujo contexto combina vantagens e desvantagens da proximidade com a sede municipal. Se por um lado, há maior facilidade de acessar serviços de saúde, educação e benefícios, por outro lado, existe uma maior dependência de produtos industrializados para alimentação, ao mesmo passo que o

adensamento populacional gera maior pressão sobre a pesca, caça e áreas para roça. Esse tipo de situação gera conflitos entre as comunidades, como os relacionados a áreas de roça, sendo importante a elaboração de acordos de convivência e regimentos internos de cada comunidade. Estes **acordos e regimentos ainda precisam ser melhor discutidos e elaborados**.

Na região da CAIARNX, na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Venezuela, localiza-se um importante distrito – **Cucuí**. Tradicionalmente ocupado pelos Baré, e onde o nheengatu é uma das principais línguas faladas, Cucuí conta com uma infraestrutura que não está presente nas outras comunidades da região. Há uma escola de ensino médio, um pelotão de fronteira do Exército Brasileiro, rede de distribuição de energia elétrica, pequenos mercados e a organização via bairros. Surgem portanto, questões específicas a este contexto: regras e disputas por comercialização, monetarização e ocupação fundiária. Cucuí demanda ações e um plano de gestão adequados para esta realidade, um plano que dê conta de organizar a relação e circulação de pessoas e coisas entre distrito e comunidades.

O alto número de assalariados da região do Alto Rio Negro é devido principalmente ao distrito de Cucuí (escolas, Exército, representação do distrito/prefeitura, DSEI ARN, aposentados por tempo de serviço). Isto faz com que haja circulação de renda como na venda de produtos da roça. Como impacto, muitos assalariados deixam de fazer roça. Muitos aposentados retiram seus benefícios em forma de produtos do comércio em Cucuí e em São Gabriel. Na região do Xié, há pouca circulação de dinheiro na área. A maioria das famílias viaja para São Gabriel para vender seus produtos e comprar produtos industrializados recebendo e gastando seu dinheiro na cidade. Assim, há um aumento no consumo de produtos industrializados e na produção de lixo.

A TI Balaio convive com uma questão que foi discutida em todos os momentos da construção dos PGTAs, a **estrada BR-307**. Esta estrada foi construída e planejada na época do Projeto Calha Norte, criado em 1985, e no total contava com 1.707 km de trechos planejados. A maior parte, assim como a maioria dos empreendimentos de larga escala deste projeto, ficou apenas como planejado, no papel. De trechos construídos foram somente 248 km, partindo de São Gabriel da Cachoeira até a fronteira com a Venezuela. Atualmente, a estrada está pouco transitável somente entre a cidade de São Gabriel da Cachoeira e a comunidade do Balaio, cerca de 100km. No entanto é um percurso perigoso, com muitos atoleiros, barrancos e pontes sem manutenção adequada. A **manutenção da estrada** envolve não somente mobilidade, mas também fiscalização, atendimento de saúde,




acesso a material escolar, energia elétrica e iniciativas produtivas. É portanto, de alta importância para a região.

Nesta região, a população se divide em uma proporção quase igual entre católicos e evangélicos, com exceção da TI Balaio cuja maioria é católica. Um desafio é como transmitir e valorizar saberes e práticas culturais, principalmente em comunidades que são orientadas a não praticar rituais de iniciação, aprendizagens e cura. Ainda que em algumas comunidades e sub-regiões há projetos e grupos produzindo cerâmicas, cestarias, uso de remédios caseiros, benzimentos e alguns rituais como kariamã (de iniciação). A religião não deveria conflitar com as práticas e saberes da cultura, como as rezas, orações e benzimentos. Planejar e implementar ações para o nosso futuro por meio dos PGTAs pode incentivar o diálogo entre religiosos, movimento indígena e comunidades. Uma ideia seria incentivar encontros e intercâmbio entre benzedores de diferentes regiões. Na região da CAIARNX é importante fazer um **encontro de pajés e benzedores** a partir das comunidades que têm estes conhecedores. Foi consenso no grupo de trabalho da CAIARNX em 2017 que a presença de benzedores diminui os casos de doença e a necessidade de remoções e atendimento. Sem essas práticas haveria muito mais óbitos. Foi notado que os remédios são usados tanto por evangélicos como por católicos. Há uma diferença entre benzedores, rezadores e pajés, e é importante distingui-los, respeitar suas especialidades e considerar essas diferenças.

O cuidado com o ambiente e água que bebemos foram questões de destaque também para a região. Sobre o acesso à água potável, a maior parte dos casos onde se consome água do rio vem do rio Xié, onde a água é considerada de qualidade e assim deve ser mantida. Já a captação da água da chuva traz pontos positivos como água de qualidade e sistema de baixo custo e fácil manutenção mas em secas prolongadas não há água disponível. As propostas do grupo de trabalho da região foram: **fiscalização de garimpo na região toda com especial atenção às áreas das nascentes; construção de poços artesianos; registrar e conservar nascentes/olhos d'água e criar sistema de distribuição de água para comunidades.**

A região do rio Xié, apesar de hoje ser pluriétnica é uma região onde os habitantes tradicionais são do povo Werekena e lá ficam os sítios sagrados deste povo. Na mitologia Werekena o Curupira recebeu o poder de ser o guardião da floresta de um ser ancestral chamado Napirure. Ao morrer, Napirure lhe delegou a missão de cuidar de todos os animais e plantas presentes na natureza. Antes de morrer, Napirure foi tirando pêlos do seu próprio corpo e plantando-os na floresta, criando assim a piaçava. O artesanato de piaçava é uma tradição entre os povos do Xié,



que remetem à planta os poderes do Curupira. No passado recente, a piaçava – recurso abundante em certos trechos do Xié – era trabalhada e trocada por mercadoria. O volume de piaçava era muito alto e maior do que o produzido hoje. No entanto, seu valor comercial era muito baixo. Hoje em dia as famílias viraram seus esforços para a produção de farinha. Há também diversas famílias que fazem artesanato de piaçava o que pode se desenvolver para a geração de renda e troca de conhecimentos. Apesar de haver mais facilidade de vender a farinha, ainda há muita troca por mercadorias industrializadas continuando a situação da época dos regatões. **Um interesse da região é discutir e implementar o manejo de recursos naturais** como madeira, caraná, piaçava, peixe e caça. Mais recentemente há pessoas que buscam garimpar na região, o que é uma questão que precisa ser discutida e esclarecida com as comunidades e sua associação de base, ACIRX.

Os principais **conflitos** que existem no nosso território são os **intercomunitários** como invasão de áreas de pesca com o uso inadequado de materiais e técnicas como arrastão, malhadeiras e mergulhos com careta. Há ainda problemas que envolvem caça e extração de madeira sem a prévia licença dos comunitários. Conflitos interétnicos não foram registrados.

Os caminhos apontados para solucionar esses conflitos são diálogos, consensos e acordos. Ou seja, a **recomendação é insistir em discussões e no fortalecimento dos acordos internos.**

Alguns poucos conflitos e ameaças externas principalmente referentes à extração de recursos naturais como madeira e áreas de pesca e caça foram registrados na região. Neste sentido de conflitos externos foram elencados os problemas decorrentes de submeter serviços básicos como educação e saúde a serviço de partidos políticos que se concentram mais em trocas políticas do que em tornar estes serviços eficientes. As ações sugeridas foram focadas no que a população pode fazer e compreendem: **conscientizar lideranças, comunitários, professores e agentes de saúde sobre sua autonomia e ação coletiva.** Realizando assim, numa busca de qualidade dos serviços, o **controle social.** Outros conflitos externos apontados são ataques aos direitos indígenas através de projetos de Leis e medidas executivas liderados por interesses ruralistas, pró mineração e anti-indígena. Há ainda problemas econômicos como excessiva monetarização das relações, falta de empregos e oportunidades. Finalmente fica a questão de como o Exército realiza fiscalizações em botes e com a população local. A fiscalização em Ilha das Flores foi apontada como sendo estratégica e importante, mas a população precisa de melhores esclarecimentos sobre os procedimentos que precisam ser mais padronizados.



VI. Prioridades de Gestão para a Região

O grupo de trabalho para elaboração dos PGTAs na região da CAIARNX elencou quatro prioridades para a gestão. Lembramos que saúde, educação e transporte – sendo a manutenção da estrada BR 307 uma questão transversal e prioritária principalmente para a TI Balaio – são temas estruturais, básicos e com atribuições de responsabilidade claras ao poder público.

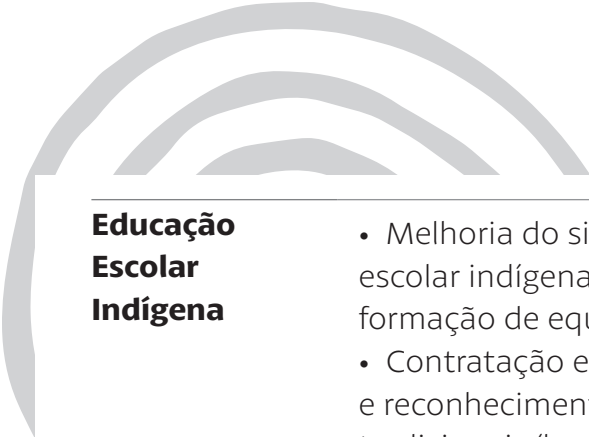
PRIORIDADES	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS
Acordos para o uso de recursos, território e convivência	<ul style="list-style-type: none">• Debater direitos de uso das TIs• Plaqueamento• Fortalecimento das lideranças e clareza de suas funções de representação• Construção e definição de regras de acesso e uso em cada área de associação• Definição de zonas à serem preservadas. Etnomapeamento e etnozoneamento• Mediação de conflitos• Acordos de convivência• Debates e acordos sobre migração nas TIs• Que os acordos sejam respeitados e reconhecidos como instrumentos de gestão	<ul style="list-style-type: none">• Associações Indígenas devem conduzir discussão e junto com comunidades construir propostas• Exército Brasileiro: fiscalização• FOIRN: assessoria, mediação e divulgação• Funai: apoio, fiscalização e reconhecimento oficial• ICMBio/MMA: garantir bolsas para os agentes indígenas ambientais, apoiar formação e fiscalização• ISA: apoio para assessoria e divulgação• SEMA/Prefeitura SGC: apoiar financeiramente e reconhecer por meio de decreto municipal

Geração de renda por meio de artesanatos e produtos da roça

- Organizar produção e venda de produtos locais com foco em artesanatos e produtos da roça
 - Criar mecanismos de venda que sejam de ciência e de acordo comum entre produtor e consumidor. Ex: feiras de produtores(as)
 - Oficinas de precificação de produtos, formação para estratégias de comercialização. Comunicar os resultados das oficinas para comunidades e associações
 - Estimular a relação de troca entre os indígenas e não só a venda
 - Criar um espaço para venda e beneficiamento de produtos da roça e do extrativismo
 - Discutir e estabelecer formas jurídico- administrativas especializadas para comercialização que respeitem os meios de organização tradicional
- Associações indígenas: organizar produtores e propostas de produção
 - FOIRN: assessoria às associações e articulação institucional
 - IDAM e SEMPA: assessoria técnica e apoio na infraestrutura básica
 - ISA: assessoria para organização das oficinas e arranjos institucionais
 - Wariró: criar espaço de venda e divulgação dos produtos

Saúde Indígena

- Melhoria do sistema de saúde indígena, infraestrutura e presença da equipe nas comunidades
 - Contratação em regime especial e reconhecimento de conhecedores tradicionais (homens e mulheres)
 - Integrar ao planejamento e execução das políticas as recomendações e encaminhamentos resultantes dos espaços participativos de governança
 - Melhorias para o transporte de atendimento e remoções de pacientes
- MS, DSEI-ARN/ SESAI, CASAI, Agentes Indígenas de Saúde, DNIT, SEMSA-SGC



**Educação
Escolar
Indígena**

- Melhoria do sistema de educação escolar indígena, sua infraestrutura e formação de equipe
 - Contratação em regime especial e reconhecimento de conhecedores tradicionais (homens e mulheres)
 - Incorporar ao planejamento e execução das políticas as recomendações e encaminhamentos resultantes dos espaços participativos de governança
 - Melhorias de transporte das comunidades para acesso aos serviços de educação
- MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM, DNIT, Prefeituras Municipais com apoio da FOIRN, Funai e ISA
-



VII. Lista de comunidades e sítios da região da CAIARNX alcançados pelo levantamento socioambiental

Comunidades

Acobucu
Amiũ
Anamoin
Balaio
Bauari
Boa Esperança
Bom Jesus
Cabari
Campinas
Cauboris
Chalon (Pirapucu)
Cucuí / Carara Poço
Cucuí / Centro I
Cucuí / Centro II - Ilha
Cué-Cué
Cumati
Cunuri
Dáti
Guia
Iá Mirim
Iábi
Ilha das Flores
Ilha de Mutum
Ilha de Nossa
Senhora Aparecida

Ilha de São Pedro
Ilha de Tawá
Ilha do Açai
Ilha Grande
Inambu II
Ipadú
Juruti
Mabé
Macedônia
Madaháico (Canaã)
Nossa Senhora
Auxiliadora
Nova Jerusalém
Nova Vida
Parintins
Porvenir II
Quandú
Santa Cruz
Santa Maria
Santa Rosa
São Felipe
São Francisco
São Gabriel Mirim
São Gregório I e II
São Joaquim Mirim
São José / Ponte

São José II
São José II
São Luiz
São Marcelino
São Miguel
São Pedro
São Sebastião
Sarapó
Tabocal dos Pereira
Tacira Ponta
Tedi
Terra Preta
Tucano
Tunu-Cachoeira
Umarituba
Umiri Ponta
Vila Nova
Vista Alegre
Xibarú
Yawawíra

Sítios

Aparecida
Boa Vista
Boa Vista
Caá Igarapé

Cuessé
Cuté
Diakarapô
Dom Bosco
(Bucucuti)
Grilo Ponta
Iauaraquara
Ilha Baixa
Ilha do Matupi
Ióti
Laranjal
Maçarabi
Maribi
Nazaré
Pamã
Poranga
Santa Rosa (Rodrigo
Cibele)
Santo Antônio II
São José
Tukano
Veloso
Yoco

VIII. Siglário

ACIARN Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro

ACIBARN Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro

ACIPK Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu

AINBAL Associação Indígena do Balaio

AIDCC Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí

AMIARN Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

AMIBAL Associação das Mulheres Indígenas do Balaio

API Assessor Pedagógico Indígena

CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié

CASAI Casa de Apoio à Saúde do Índio

CGID/Funai Coordenação Geral de Identificação e Delimitação/ Fundação Nacional do Índio

CONDISI Conselho Distrital de Saúde Indígena

CR RNG/Funai Coordenação Regional do Rio Negro/ Fundação Nacional do Índio

DAJIRN Departamento dos Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro da FOIRN

DMIRN Departamento das Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN

DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral

DSEI ARN Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro

EJA Educação de Jovens e Adultos

FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

Funai Fundação Nacional do Índio

GESAC Serviço de Atendimento ao Cidadão, programa de inclusão digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC

GT Grupo de Trabalho

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM-AM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM Instituto Federal do Amazonas

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA Instituto Socioambiental

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTIC Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação

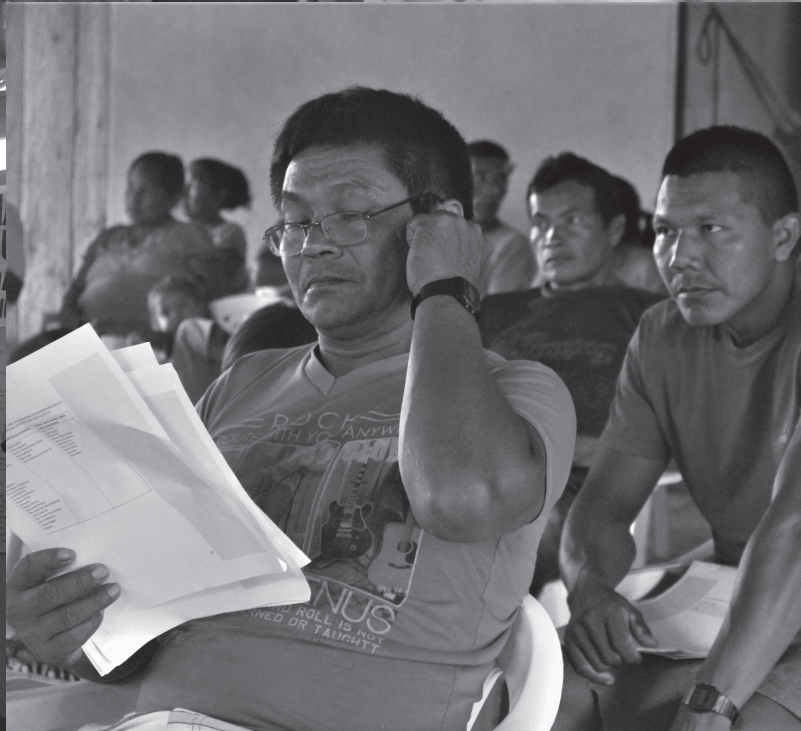
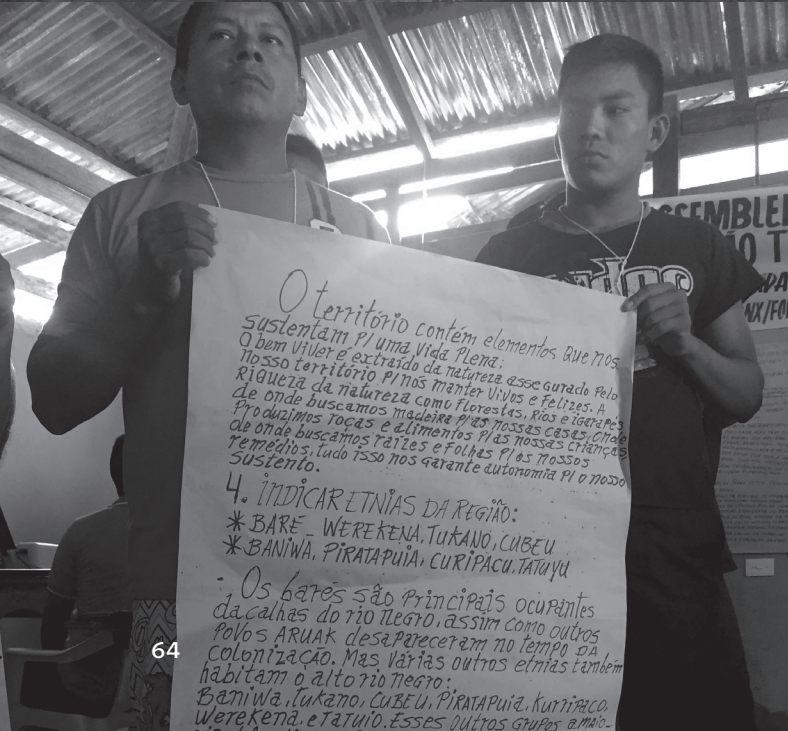
MD Ministério da Defesa

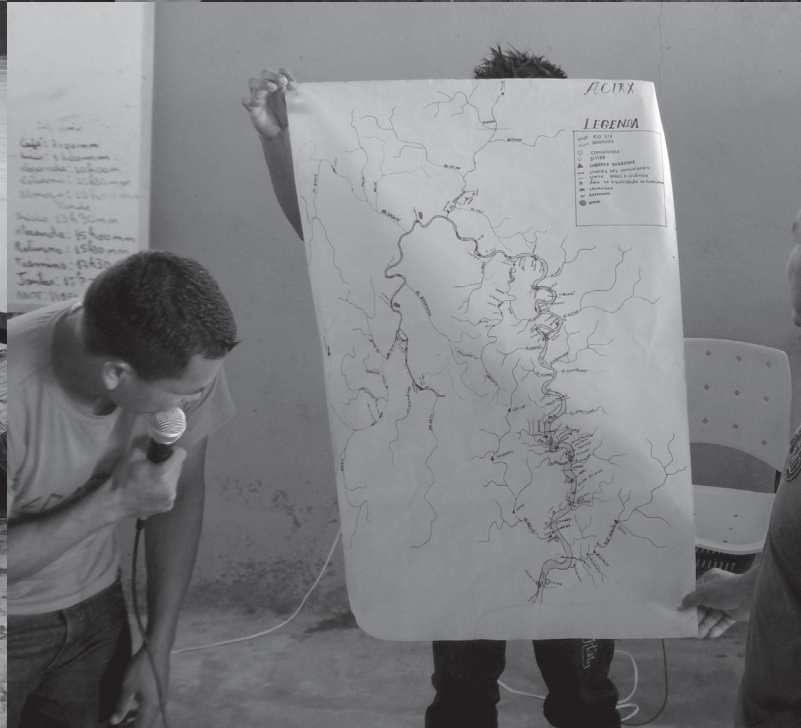
MEC Ministério de Educação

MIN Ministério da Integração Nacional

MMA Ministério do Meio Ambiente
MME Ministério de Minas e Energia
MPF Ministério Público Federal
MS Ministério da Saúde
OCIARN Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
OINV Organização Indígena Nova Vida
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PGTAs Planos de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGATI Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PPPI Projeto Político Pedagógico Indígena
SAT-RN Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
SEDUC-AM Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas
SEMA-AM Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas
SEMATUR-SGC Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel da Cachoeira
SEMED-SGC Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira
SEMPA Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de São Gabriel da Cachoeira
SEPROR-AM Secretaria de Produção do Amazonas
SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena
SGC São Gabriel da Cachoeira
TI Terra Indígena
UFAM Universidade Federal do Amazonas



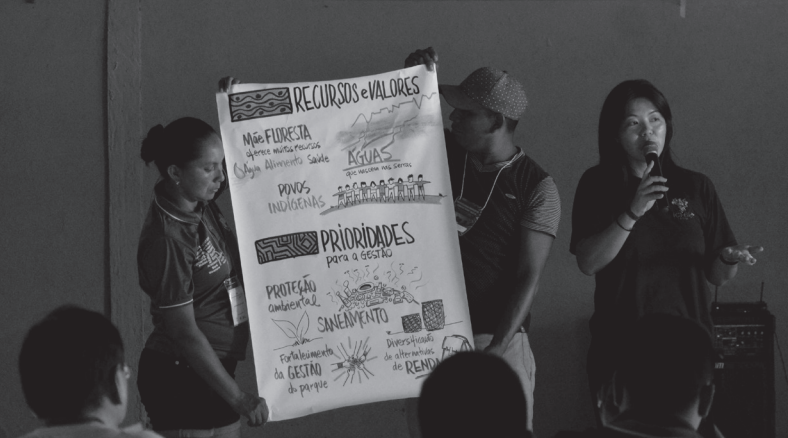








V ASSEMBLEIA GERAL DA CAIARNX- OFICINA DE VALORES DE GESTÃO TERRITORIAL AMBIENTAL DAS TI CUBATÃO
LOCAL: COMUNIDADE JURUTI
REALIZAÇÃO: CAIARNX/FOIRN APOIO: FUNAI/ISA
PERÍODO: 15 a 17 de maio de 2016
PARCERIA: ERM/NAT. H3
E DO PLANEJAMENTO



Legendas e créditos das imagens

Página 63

Foto I. Vista da Serra do Cabari com a Serra Ba'sebo (Bela Adormecida) à direita Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto II. Banho e brincadeira na beira da comunidade São José Ponte. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto III. Jorge Fidelis durante etnomapeamento da Serra do Cabari. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto IV. Artesanato feito com piaçava. Ray Baniwa/FOIRN, 2016.

Foto V. Casas no distrito de Cucuí, Terra Indígena Cué Cué Marabitanas. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto VI. Atoleiro na BR-307. Marcos Amend/ISA, 2017.

Página 64

Foto VII. Grupo de Trabalho na comunidade de Iá Mirim (Jerusalém) em oficina para validação do PGTA da TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2019.

Foto VIII. Apresentação de calendário indígena e seus ciclos na assembleia da CAIARNX que validou o PGTA da região. Renato Martelli Soares /ISA, 2018.

Foto IX. Comunidade de Juruti, sede da CAIARNX, TI Cué Cué Marabitanas. Renato Martelli Soares/ISA, 2019.

Foto X. Revisão de mapa na validação do PGTA em Juruti. Ray Baniwa/FOIRN, 2019.

Foto XI. Apresentação de grupo de trabalho na assembleia regional da CAIARNX que validou o PGTA regional. Renato Martelli Soares/ISA, 2018.

Foto XII. Participantes durante etapa de validação do PGTA em Juruti. Ray Baniwa/FOIRN, 2019.

Página 65

Foto XIII. Participante de oficina de validação do PGTA da TI Balaio desenha mapa. Eliezer Sarmiento/FOIRN, 2019.

Foto XIV. Grupo de Trabalho na comunidade de Iá Mirim (Jerusalém) em oficina de validação do PGTA da TI Balaio. Eliezer Sarmiento/FOIRN, 2019.

Foto XV. Participantes da oficina inaugural do PGTA realizada em Juruti organizam a logística para retorno às suas comunidades. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto XVI. GT do rio Xié na oficina inaugural do PGTA realizada em Juruti apresenta mapa mental elaborado. Renato Martelli Soares /ISA, 2015.

Foto XVII. Exercício de mapeamento durante oficina inaugural do PGTA em Juruti. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.




Foto XXVIII. GT durante oficina inaugural em Juruti. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Página 66

Foto XIX. Barco Tawá da Coordenadoria Regional CAIARNX durante viagem do levantamento socioambiental para os PGTAs. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto XX. Grupo de Trabalho na comunidade do Balaio em oficina local sobre PGTA. Renato Martelli Soares /ISA, 2015.

Foto XXI. Adelina Sampaio realizando entrevista em Cucuí para o levantamento socioambiental. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto XXII. Grupo da CAIARNX discute sobre mapa na oficina de consolidação das etapas de consultas sobre as informações dos PGTAs, Ilha de Duraka. Renato Martelli Soares/ISA, 2017.

Foto XXIII. Exercício para o levantamento socioambiental durante treinamento do GT PGTA na comunidade do Yamado. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto XXIV. Grupo de mulheres da comunidade do Balaio em oficina de consulta e revisão do levantamento socioambiental. Renato Martelli Soares/ISA, 2017.

Página 66

Foto XXV. Telecentro do ISA durante oficina para o levantamento socioambiental. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto XXVI. Da esquerda para direita, Nilson Farias, Antonio Candido Baltazar e Pascoal Gonçalves Filho durante oficina para o levantamento socioambiental no telecentro do ISA. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto XXVII. Elizângela da Silva (à esquerda), Edson Gomes e Luciana Uehara na assembleia regional da CAIARNX. Renato Martelli Soares/ISA, 2018.

Foto XXVIII. Participantes na assembleia regional da CAIARNX para validação do PGTA da região do Alto Rio Negro, Xié e Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2018.

Foto XXIX. Participantes na assembleia regional da CAIARNX para validação do PGTA da região do Alto Rio Negro, Xié e Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2018.

Foto XXX. Grupo de trabalho na comunidade do Balaio em oficina de consulta e revisão do levantamento socioambiental. Renato Martelli Soares/ISA, 2017.

